

RELATÓRIO E CONTAS
2011

TRANSTEJO

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO 3

2 GOVERNO DA SOCIEDADE 5

3 ACTIVIDADE 6

PROCURA 6

OFERTA 10

FROTA 11

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS 12

4 SEGURANÇA E AMBIENTE 13

SEGURANÇA E AMBIENTE 13

SINISTRALIDADE 14

5 RECURSOS HUMANOS 16

6 INVESTIMENTO 18

7 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 20

FINANCIAMENTO 20

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA 21

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO 23

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 27

PERSPECTIVAS FUTURAS 27

NOTAS FINAIS 27

AGRADECIMENTOS 28

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 29

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS EM 31.12.2011

1 INTRODUÇÃO

O exercício de 2011, regista uma quebra, ainda que não muito acentuada, no nível da atividade da Empresa, expressa na redução do número de passageiros transportados, situação que contraria o quadro de recuperação da procura que se vinha sentindo nos últimos anos. A este facto não são alheios os impactos na economia portuguesa de crise financeira internacional.

Neste cenário a Empresa procurou adequar a sua oferta, ajustando, em algumas carreiras, o número de viagens e os horários praticados à evolução da procura, tendo igualmente presente a necessidade de incrementar medidas de contenção de custos, particularmente ao nível do principal recurso energético, o gasóleo, cujo preço médio por litro sofreu um aumento de cerca de 30% face a 2010.

Não pode deixar de se referir que também aos clientes do transporte público foi exigido um esforço acrescido de partilha, nas medidas de sustentabilidade do sector, por via dos aumentos de tarifário ocorridos durante o ano.

Merece ainda destaque a entrega em 22 de março do *ferryboat* "Almadense", o segundo e último de uma encomenda de dois, construído em Portugal, na Navalria.

Por outro lado, não foi ainda possível concretizar durante o exercício, a extinção da Soflusa por integração na Transtejo, tal como estava previsto na Resolução de Concelho de Ministros nº 101-A/2010 de 15 de dezembro, devido à mudança de Governo ocorrida a meio do ano. Isto sem embargo de se terem continuado a consolidar as medidas de otimização da estrutura organizacional comum às duas empresas.

Assinalam-se outros acontecimentos, de menor relevância, mas reveladores da vontade de participação da Empresa no quadro de responsabilidade social que lhe está remetida:

- Participação na Conferência Internacional do Projeto START, em Outubro, realizado em Lisboa;
- Colaboração como transportador oficial em alguns eventos, de que se destaca a corrida "Sempre Mulher";
- Acolhimento e divulgação da atividade da Transtejo a gestores de Transportes Públicos de Angola;
- Apoio a diversas iniciativas globais e projetos locais de natureza sociocultural e ambiental, particularmente dirigidas ou organizadas pelas comunidades ribeirinhas.

Assinala-se, finalmente, o agravamento significativo do resultado líquido negativo do exercício, que ascendeu a 20.786.247,83€ (em 2010: 12.509.259,55€), facto que, como em capítulo próprio se detalhará, se ficou a dever, essencialmente, a fatores não associados ao normal desenvolvimento da atividade.

2 GOVERNO DA SOCIEDADE

A informação relativa ao cumprimento da legislação sobre o Governo da Sociedade será prestada no Relatório Consolidado.

De acordo com o compromisso expresso no documento de Orientações Estratégicas 2009/2010, o objectivo assumido pela empresa foi o da Mobilidade Sustentável, assente nos seguintes princípios:

- Melhorar a eficiência do sector dos transportes;
- Assegurar níveis de qualidade do transporte público, particularmente quanto à comodidade e segurança;
- Melhorar a quota do transporte público;
- Aumentar a sustentabilidade do sistema de transportes;
- Reforçar o papel social do transporte público na sociedade;
- Promover e incentivar práticas de gestão e desempenho assentes em processos e competências profissionais adequados e em princípios de racionalidade económica.

A informação respeitante a esta matéria é tratada de forma exaustiva no Relatório de Sustentabilidade.

3 ATIVIDADE

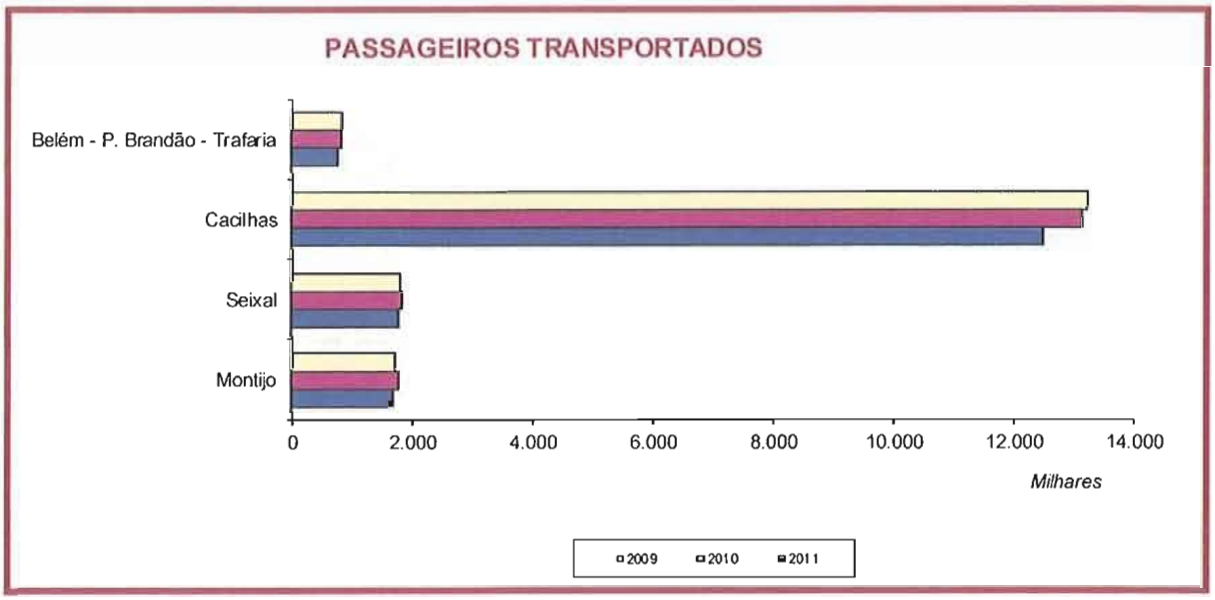
PROCURA

O número de passageiros transportados registou um decréscimo de 4,63%. Embora não se trate de uma quebra acentuada, a Empresa tem adotado medidas no sentido de interpretar e procurar contrariar a queda registada no exercício, para o que tem sido fundamental a informação desagregada que o sistema de bilhética disponibiliza *online*.

Com efeito, a análise à evolução da procura feita com o recurso a esse instrumento permite concluir por uma acentuada redução nas horas de vazio e uma quebra pouco relevante nas horas de ponta, sinal que pode ser entendido como uma redução das viagens de lazer e, consequentemente, como indicador da atual conjuntura económica e social.

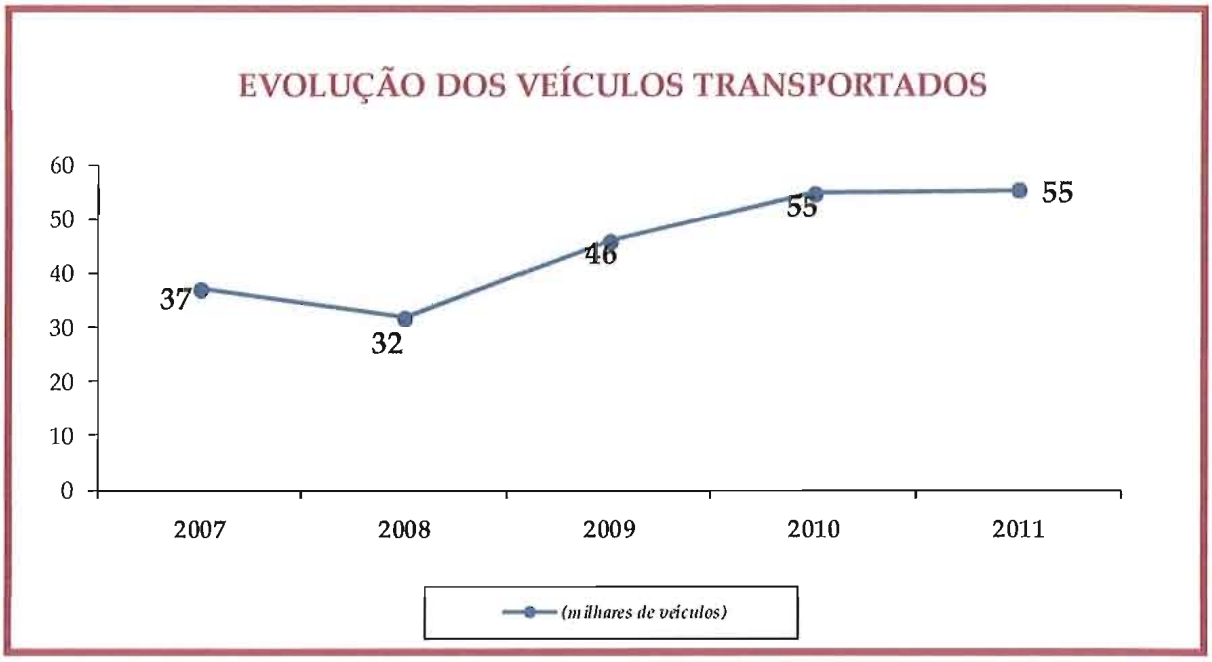
LINHAS	11/10		2011		2010		2009	
	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Cais do Sodré	-3,6%	-3,6%	1.694.176	23.379.629	1.757.022	24.246.904	1.719.010	21.470.435
Seixal - Cais do Sodré	-2,9%	-6,3%	1.768.898	14.858.743	1.822.598	15.856.603	1.800.303	18.183.060
Cais do Sodré - Cacilhas	-4,9%	-4,9%	12.511.935	27.651.376	13.162.481	29.089.083	13.239.483	27.802.914
Belém - P. Brandão - Trafaria	-5,6%	-5,1%	772.967	2.505.495	819.183	2.639.283	831.599	3.122.630
TOTAL	-4,63%	-4,78%	16.747.976	68.395.243	17.561.284	71.831.873	17.590.395	70.579.039

Registe-se que as menores percentagens de diminuição da procura se verificam nas carreiras mais longas. Ainda assim, a carreira de Cacilhas continua a ser a de maior peso na atividade, com cerca de 75% do total de passageiros transportados.

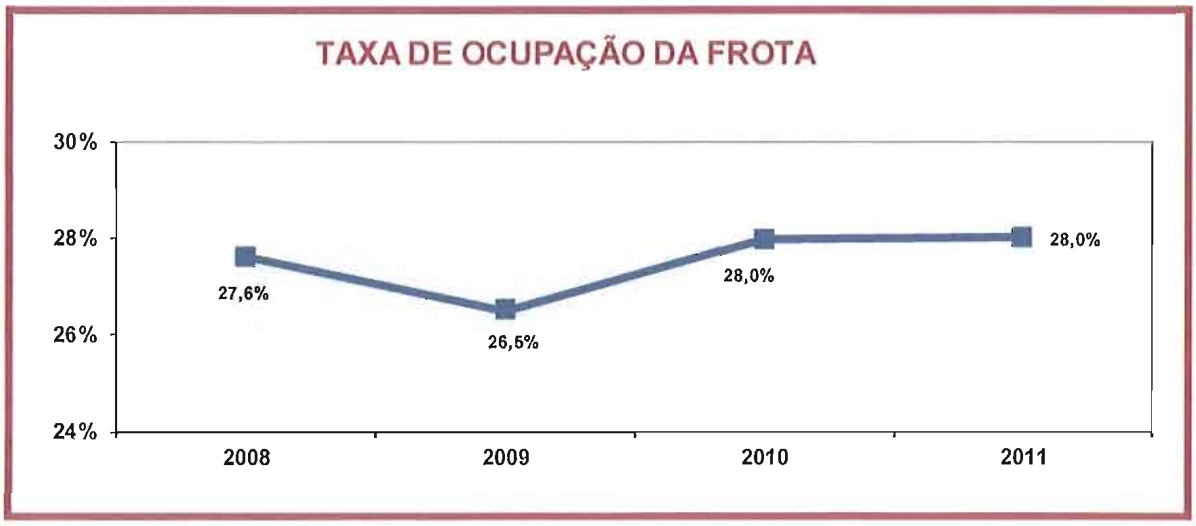


O transporte de veículos por *ferryboat*, não registou o incremento que era expectável, fruto de alguns períodos de inoperacionalidade dos novos ferries por motivos técnicos. Esse facto obrigou a Empresa a limitar a oferta à única embarcação desse tipo disponível, cuja capacidade de transporte é reduzida.

Cumpre reforçar o entendimento quanto à falta de sustentabilidade deste tipo de transporte, tratando-se de um serviço que a Empresa só mantém por imperativos de segurança, para permitir a ligação entra as margens a veículos que não podem circular nas pontes e a veículos de emergência em situações de acidente, questão que em futura contratualização deverá ser devidamente tratada.



A taxa de ocupação da frota, 28%, manteve-se inalterada relativamente a 2010, o que face à redução da procura, traduz o sucesso das medidas de ajustamento introduzidas na oferta.



Tal como se tem referido em anos anteriores, este indicador deve ser lido tendo em conta o carácter pendular da procura e as características da frota, em termos de lotações, predominantemente vocacionada para os níveis de procura nas horas de ponta.

ESTRUTURA DE UTILIZAÇÃO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE	2011	2010	2009
Titulos Próprios	**21,6%**	**21,3%**	**21,4%**
Bilhetes	11,9%	12,5%	13,5%
Bilhetes - *Zapping*	2,9%	2,6%	2,3%
Pré-Comprados	-	-	-
Passes	6,9%	6,2%	5,6%
Combinados	**28,9%**	**28,1%**	**28,1%**
Multimodais	**49,5%**	**50,6%**	**50,5%**

Mantém-se a tendência de estabilidade na estrutura dos títulos utilizados na Empresa, assinalando-se apenas a uma ligeira transferência dos títulos multimodais para os próprios e combinados.

Durante o ano de 2011 verificaram-se dois aumentos de tarifário:

- 4,5% a partir de 1 de janeiro
- 15% a partir de 1 de agosto.

OFERTA

A persistência das baixas taxas de ocupação e a vontade de adotar medidas de contenção de custos impostas pela atual conjuntura económica e financeira, tem levado a Empresa a introduzir ajustamentos na oferta com base na atual monitorização da procura, de uma forma progressiva e de modo a que isso não se repercuta no comportamento da procura. Tentou-se, por isso, otimizar a utilização dos recursos reduzindo o número de viagens, horas de serviço e os LKO's, sem afetar notoriamente a qualidade e regularidade do serviço.

INDICADORES DE OFERTA (*)	11/10	2011	2010	2009
Número de Viagens	-4,7%	106.382	111.619	121.621
Horas de Serviço	-4,4%	45.658	47.780	50.174
Lugares Km Oferecidos *(milhares)*	-4,9%	244.391	256.880	270.080

(*) Só carreiras de Serviço Público

FROTA

Tal como se referiu no relatório de 2010, a Empresa recebeu no final desse ano e no princípio de 2011 duas novas unidades, os *ferryboats* "Lisbonense" e "Almadense", com capacidade para transportar 360 passageiros sentados e 29 veículos.

Estas duas embarcações, construídas em Portugal, nos estaleiros da Navalria, entraram em funcionamento em 2011, ainda que com alguns períodos de inoperacionalidade ditados por razões técnicas. Ainda assim, a sua capacidade de transporte de passageiros permitiu, já em 2011, a sua integração no serviço proporcionado a partir de Cacilhas.

CLASSES	Qt.	Lotação a bordo	Média Idade (anos)
Catamarãs	8	500 *passageiros*	15
Cacilheiros	7	480 *passageiros*	30
Alemã	3	280 *passageiros*	55
		280 *passageiros*	55
		297 *passageiros*	51
Ferries	4	380 *passageiros* + 10 *veículos*	54
		351 *passageiros* + 30 *veículos*	57
		360 *passageiros* + 29 *veículos*	1
		360 *passageiros* + 29 *veículos*	1
Navios Convencionais	2	1.000 *passageiros*	19
		1.000 *passageiros*	19
	24		

À frota indicada no quadro anterior acrescem três catamarãs propriedade da subsidiária Soflusa, fretados em permanência e a operar nas carreiras do Montijo e Seixal.

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS

O conjunto de outras atividades desenvolvidas pela empresa em complementaridade com a sua actividade principal, consiste na exploração de publicidade, espaços comerciais e de estacionamento nos seus Terminais e no desenvolvimento da actividade de fretamento de embarcações e de Turismo através da realização de circuitos turísticos.

No seu conjunto estas actividades – cujo detalhe se apresenta no quadro seguinte – geraram rendimentos no montante de 922 mil euros, valor inferior, -11,3% face ao registado em 2010.

ACTIVIDADES ACESSÓRIAS	11/10	2011	2010	2009
TERMINAIS				
Espaços Comerciais e Publicidade	-17,5%	304.454	368.871	400.009
Parque de Estacionamento	-1,3%	81.861	82.903	82.135
Outros	5,1%	54.535	51.897	56.052
TRÁFEGO				
Fretamento de Navios	-25,1%	143.108	191.023	200.300
Turismo	-1,9%	337.891	344.345	283.272

A redução ainda que não muito relevante abrange a generalidade da proveniência das receitas e pode associar-se à situação de retração, que se verifica na conjuntura económica desfavorável, à qual este tipo de atividades é mais sensível. Este facto transparece igualmente no quadro seguinte que reflete a situação concreta dos circuitos turísticos, consequência do estabelecimento de uma política de preços mais consentânea com a procura turística atual.

CIRCUITOS TURÍSTICOS

2011			2010			2009		
Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos
25.084	337.891 €	214	24.161	344.345 €	214	19.089	283.272 €	214

4 SEGURANÇA E AMBIENTE

SEGURANÇA E AMBIENTE

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área de Segurança e Ambiente foram:

- Elaboração dos Planos de Segurança dos edifícios;
- Processo de consulta para assessoria na resposta à emergência;
- Em colaboração com os Bombeiros de Cacilhas, foi feito um simulacro de incêndio a bordo dum navio da Classe Cacilhense na carreira Cais do Sodré/Cacilhas;
- Foi feito o acompanhamento da obra do Terreiro do Paço a fim de garantir o cumprimento dos requisitos de higiene e segurança;
- Receção da embarcação Almadense e respetiva vistoria do ponto de vista da higiene e segurança;
- Testes à qualidade da água para consumo humano;
- Quantificação do ruído ambiental associado a atividade da empresa;
- Realizou-se a 1ª auditoria interna no âmbito do SGA de acordo com os procedimentos normativos;
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências registadas, nomeadamente, dos acidentes de trabalho e com passageiros e estudo e implementação de medidas para sua eliminação;
- Controlo de alcoolemia em situações de incidentes nas embarcações;
- Gestão do controlo sistemático de alcoolemia;
- Controlo e Manutenção do Material e equipamentos de segurança;
- Gestão do sistema de segurança ativa;
- Gestão e manutenção do sistema de vídeo vigilância;
- Implementação da 2ª fase do Sistema de Contabilidade energética das embarcações;
- Atualização do Plano de Emergência Interno para navios e terminais;
- Adição da componente ambiental ao Manual de Riscos da Função;

- Formação dos colaboradores nas áreas de ambiente, primeiros socorros, evacuação de emergência e combate a incêndios, movimentação manual de cargas;
- Continuação do Sistema de Gestão Ambiental.

SINISTRALIDADE

O registo de ocorrências está resumido no seguinte quadro:

SINISTRALIDADE	11/10	2011	2010	2009
Emergências	-50,0%	1	2	1
Acidentes de Trabalho	24,4%	51	41	25
Acidentes com Passageiros	41,9%	44	31	38
Acidentes Criminais	-27,5%	37	51	23
Outros	12,9%	79	70	39

Emergências:

Tem-se verificado uma redução gradual do número de ocorrências e a sua permanência em valores baixos;

Acidentes de Trabalho:

De 2010 para 2011, registou-se um aumento de 10 acidentes.

Acidentes com Passageiros:

Relativamente a 2010 verificou-se um aumento, de acidentes devido a alguns problemas com o piso dos ferrys antigos e zona do portaló dos ferrys novos, que entretanto foi resolvido;

Acidentes Criminais:

Verificou uma redução em relação ao ano de 2010, um pouco pelo pleno funcionamento do sistema de CCTV.

Outras Ocorrências:

Deparamo-nos com um ligeiro aumento em relação a 2010.

Este acréscimo decorre de um forte aumento de Pequenas Colisões de embarcações. Nas restantes tipificações houve uma redução ou manutenção dos anteriores valores.

Grande parte das ocorrências que fazem parte deste critério, são situações que nada tem a ver com os procedimentos de exploração da Empresa ou procedimentos dos seus trabalhadores, como tal, as únicas ações que podemos tomar é minorar as suas consequências, atuando à *posteriori.*

5 RECURSOS HUMANOS

Em 2011, o efetivo médio situou-se nos 353 colaboradores o que traduz uma redução na ordem dos 3% face a 2010.

A continuação da otimização da gestão de Recursos Humanos permitiu dar continuidade à redução do recurso a contratos de trabalho a termo e temporários, em 2011. Assim, as contratações verificaram-se apenas para dar cobertura ao plano de férias nas áreas operacional e comercial e na constituição da equipa comercial do serviço de cruzeiros no Tejo.

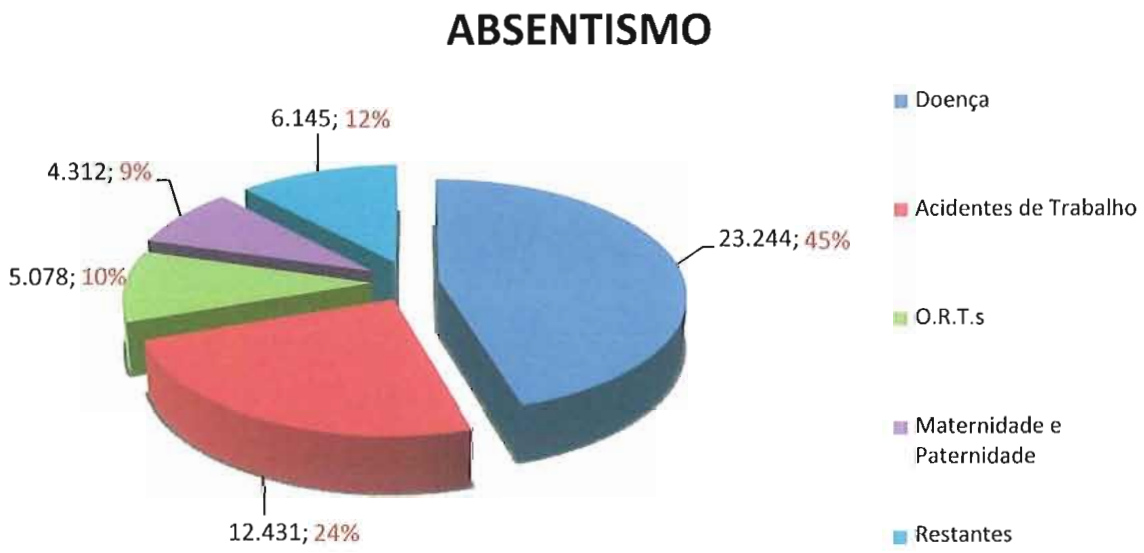
A qualificação dos trabalhadores e o apoio ao seu desenvolvimento profissional, continuaram a ser uma prioridade para a Empresa. Assim, o Plano de Formação para 2011 estruturou-se de forma a responder às vertentes técnica e comportamental. No que se refere à área técnica privilegiou-se a adequação às novas tecnologias aplicadas na área da exploração, mais concretamente na conclusão das novas unidades *Ferryboat*. Na vertente comportamental, a Empresa apostou no reforço da sua equipa interna de formadores, tendo levado a cabo um Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, abrangendo todas as áreas da Empresa.

Destaca-se, ainda, a realização de ações de formação no âmbito do Sistema de Avaliação do Desempenho, cujos destinatários foram os Mestres da Empresa. O objetivo, aqui, foi o de dotar estes profissionais de competências de avaliação das suas equipas.

O exercício em análise, caraterizou-se por uma estabilização ao nível das horas de ausência ao serviço, dado que se registou um crescimento marginal. Pese embora este facto, as ausências motivadas por acidentes de trabalho registaram um decréscimo na ordem das

1.300 horas, sendo que as ausências por doença continuam a ser o fator com maior importância no indicador taxa de absentismo.

Indicadores de RH	11/10	2011	2010	2009
Taxa de Absentismo	1,9%	7,92%	7,77%	7,18%
Efectivo Médio	-3,0%	353	364	362



Verificou-se, ao nível do trabalho extraordinário, a continuidade do reflexo da otimização dos tempos de trabalho, dado que em 2011 se registaram menos 3.092 horas que em 2010, que representa em termos percentuais em decréscimo do trabalho extraordinário na ordem dos 17%.

(milhares de €)

	11/10	2011	2010	2009
Custos com Pessoal	-11,0%	8.494	9.546	9.478
Massa Salarial	-10,2%	6.637	7.393	7.263
Massa Salarial *per capita*	-7,4%	19	20	20

Quanto à atividade da medicina no trabalho, prosseguiu-se com sucesso a realização dos exames periódicos, cumprindo-se, assim, o normativo legal.

6 INVESTIMENTO

O investimento no ano ascendeu a 2,9 milhões de euros.

(milhares de €)

PROJECTOS DE INVESTIMENTO	DESPESA 2011
Aquisição de Navios - CACILHEIROS	14
Aquisição Pontão K	299
Beneficiação Pontão Monte Estoril	68
Aquisição de Navios - FERRIES	2.429
Equipamento Administrativo e Mobiliário Diverso	4
Informática - HARDWARE	7
Sistema Bilhética / controlo acessos	81
Outros Investimentos Correntes	17
TOTAL	**2.919**

Os projetos de investimento mais relevantes foram:

- Aquisição de novos ferries:

  Conclusão do projeto de construção de dois novos ferries, o último dos quais recebido em Fevereiro de 2011. Globalmente, a despesa de investimento deste projeto, iniciado em 2008 ascendeu a 14,4 milhões de euros, dos quais 2,4 milhões de euros no exercício.

- Aquisição do pontão K:

  Por permuta com a Câmara Municipal do Montijo e a Administração do Porto de Lisboa, o pontão K, instalado em Cacilhas, foi transferido para o património da Transtejo. O investimento não envolveu a realização de qualquer despesa.

- Beneficiação do pontão Monte Estoril:

  Embora no Programa de Investimentos para 2012 se encontrasse prevista a aquisição de um novo pontão, a escassez de recursos financeiros e a expetativa de alguma redução na atividade levou a Empresa a optar por proceder a uma intervenção

profunda neste pontão, que se encontrava inoperacional. A despesa de investimento foi comparticipada na íntegra pelo PIDDAC.

- Sistema de bilhética – Controlo de acessos:

  Houve necessidade, no exercício, de proceder a *upgrades* no sistema de bilhética, decorrentes de alterações introduzidas no sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa, com implicações relevantes ao nível do *software* instalado

Para apoio financeiro ao investimento, a Empresa recebeu do PIDDAC as comparticipações abaixo referidas. Assinala-se que, parte do valor recebido, 500 mil euros, se destinaram à prestação anual prevista no protocolo Metro/Transtejo referente ao terminal do Cais do Sodré.

(milhares de €)

COMPARTICIPAÇÕES / PIDDAC	2011
PIDDAC	618

As situações de desinvestimento mais relevantes registadas no exercício referiram-se à cedência da estação velha do Montijo, no âmbito da troca com o pontão K referida acima e à restituição da estação de Cacilhas II no final do prazo do contrato de arrendamento do espaço para fins não habitacionais.

7 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

FINANCIAMENTO

O ano de 2011 veio acentuar os efeitos da conjuntura macroeconómica desfavorável.

A necessidade de assegurar a cobertura financeira do défice estrutural, num cenário de fortes dificuldades de acesso ao crédito e do aumento das taxas de juro, agravou-se devido à atribuição tardia – no final de dezembro - das indemnizações compensatórias.

Estes factos impuseram uma gestão reforçada dos recursos de tesouraria, obrigando a contatos permanentes, sob diversas formas, com o Acionista e gerando atrasos nos pagamentos a fornecedores, refletidos no indicador do PMP.

O esforço financeiro do Estado no exercício ascendeu a 7.264M€, conforme quadro seguinte.

(milhares de €)

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	2011	2010	2009
Indemnizações Compensatórias	6.646	6.927	6.927
PIDDAC	618	1.600	5.088

Valores com IVA incluído

O endividamento bancário registou um acréscimo da ordem de 25M€, dos quais 5M€ para apoio à Soflusa. Merece referência o facto, de no final do ano o *spread* mais elevado nos financiamentos contratados ser de 8%, quando no início do ano essa mesma taxa era de 4%

(milhares de €)

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO	2011	2010	2009
Médio e Longo Prazo	55.000	55.000	55.000
Curto Prazo	71.933	47.638	31.136

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A empresa elaborou as suas contas individuais de 2011 em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas nos termos do artº. 3º do Regulamento (CE) nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, normativo que já vem aplicando nas suas contas consolidadas desde 2007.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	11/10	2011	2010	*(milhares de €)* 2009*
Activo	**17,0%**	**68.410**	**58.455**	**56.919**
Activos não Correntes	-4,0%	39.711	41.366	41.647
Activos Correntes	67,9%	28.698	17.090	15.272
Capital Próprio e Passivo	**17,0%**	**68.410**	**58.455**	**56.919**
Capital Proprio	19,6%	-130.415	-109.074	-96.014
Passivos não Correntes	2,8%	113.723	110.581	107.830
Passivos Correntes	49,4%	85.102	56.949	45.103

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

O balanço em 31 de Dezembro de 2011 apresenta algumas variações significativas, das quais se destacam:

Nos Activos Correntes

- O acréscimo nos empréstimos concedidos, resultante do apoio de tesouraria à participada Soflusa;
- O acréscimo em Caixa e Depósitos Bancários, explicado pelo recebimento no final de dezembro, das indemnizações compensatórias.

No Capital Próprio e Passivo

- O Capital Próprio regista um aumento do seu valor negativo, resultante do resultado líquido do ano;
- No Passivo não Corrente, a rúbrica de Provisões regista o maior acréscimo, explicado pelo impacto do resultado negativo da participada Soflusa;

- O Passivo Corrente, regista um considerável crescimento, pelo aumento do endividamento, e das Outras Contas a Pagar.

O exercício de 2011, agravou, uma vez mais a situação dos Capitais Próprios, cujo valor ultrapassa os 130M€ negativos. Esta situação, reveladora do desequilíbrio estrutural da exploração, impõe a necessidade de o Accionista adoptar medidas de saneamento financeiro que libertem a empresa dos condicionalismos impostos pelo artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

O resultado líquido do exercício sofreu um considerável agravamento, tendo-se situado em 20.786.247,83€.

Assinala-se, todavia, que uma parte muito relevante desta situação se deve a fatores exógenos à Empresa. Com efeito, em 2010, a Empresa aplicou ao estaleiro construtor, dos dois novos ferries, penalidades no montante de 2,8M€, valor que afetou positivamente o resultado daquele exercício.

Para além de se tratar de uma ocorrência irrepetível, a Empresa foi ainda obrigada a reconhecer nas contas do exercício de 2011 o impacto resultante da decisão do tribunal arbitral que condenou a Empresa a reduzir em metade as penalidades aplicadas no ano transato. Este conjunto de operações traduzem-se numa variação negativa global de 4,1M€ entre os resultados dos dois exercícios.

A leitura da evolução global dos rendimentos e dos gastos deve, por isso, ser feita tendo em linha de conta estes fatos.

(milhares de €)

	11/10	2011	2010	2009*
Gastos Totais	21,0%	38.548	31.865	34.056
Rendimentos Totais	-8,2%	17.762	19.355	17.034

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

Na análise ao detalhe da evolução dos rendimentos, apresentada no quadro seguinte, destaca-se o crescimento próximo dos 5% na Prestação de serviços, consequência direta dos aumentos do tarifário registados ao longo do ano. Os Outros rendimentos e ganhos - pelos motivos atrás referidos - e os Subsídios à exploração sofreram reduções, ao contrário do crescimento da rúbrica de Juros e rendimentos similares rúbrica onde são reconhecimentos os juros debitados à participada Soflusa.

	11/10	2011		2010	
Rendimentos Totais	**-8,2%**	**17.762**	*100%*	**19.355**	*100%*
Prestação de Serviços	4,9%	7.614	*43%*	7.259	*38%*
Subsidios à Exploração	-2,5%	6.584	*37%*	6.749	*35%*
Outros Rendimentos e Ganhos	-46,1%	2.665	*15%*	4.946	*26%*
Juros e Rendimentos Similares	124,4%	900	*5%*	401	*2%*

** Reexpresso de acordo com o normativo IFRS*

As rúbricas de Gastos registam variações distintas, com agravamentos em:

(milhares de €)

	11/10	2011		2010		2009*	
Gastos Totais	**21,0%**	**38.548**	*100%*	**31.865**	*100%*	**34.056**	*100%*
Custo das Matérias Consumidas	61,0%	5.687	*15%*	3.533	*11%*	3.071	*9%*
Fornecimentos e Serviços Externos	-18,7%	6.564	*17%*	8.078	*25%*	8.555	*25%*
Gastos com Pessoal	-11,0%	8.494	*22%*	9.546	*30%*	9.478	*28%*
Ajustamentos de inventários	-100,0%		*0%*	241	*1%*	151	*0%*
Provisões	105,0%	4.916	*13%*	2.398	*8%*	4.903	*14%*
Amortizações e Depreciações	22,5%	4.343	*11%*	3.545	*11%*	3.028	*9%*
Imparidade de dívidas a receber	6,0%	132	*0%*	125	*0%*		*0%*
Outros Gastos e Perdas	537,2%	1.556	*4%*	244	*1%*	176	*1%*
Gastos e Perdas de Financiamento	65,0%	6.854	*18%*	4.154	*13%*	4.695	*14%*

- **Custo das matérias consumidas,** fundamentalmente pelo aumento do preço do combustível. Com efeito, não obstante a redução conseguida nos consumos, regista-se um considerável aumento do preço médio por litro do gasóleo que foi de 0,71€/L (em 2010: 0,55€/L).

2011	2010
6.278.001L	6.431.175L
4.431.078 €	3.510.118 €
0,71 €\L	0,55 €\L

Nota: Os valores apresentados incluem 737 mil€, contabilizados na conta 62, respeitantes a abastecimentos de navios alugados à Soflusa em 2010.

- **Outros gastos e perdas**, pelo já referido reconhecimento do gasto decorrente da decisão judicial de reversão da penalidade.

- **Gastos e perdas de financiamento**, devido, por um lado ao aumento do endividamento, e, por outro ao agravamento da taxa de juro média de 4,0% para 5,4%.

Das restantes naturezas de gastos destacam-se os Fornecimentos e serviços externos com uma redução de 18,7% e os Custos com o pessoal, com -11%. Trata-se de gastos controláveis – ainda que a limites que não ponham em causa a segurança e a regularidade de serviços sobre os quais a gestão foi exercendo ao longo do ano, medidas de controlo no sentido da sua contenção.

Os **Custos com pessoal**, refletem as medidas de redução remuneratória determinada pelas lei 55A/2010 e o impacto de uma redução assinalável no trabalho extraordinário.

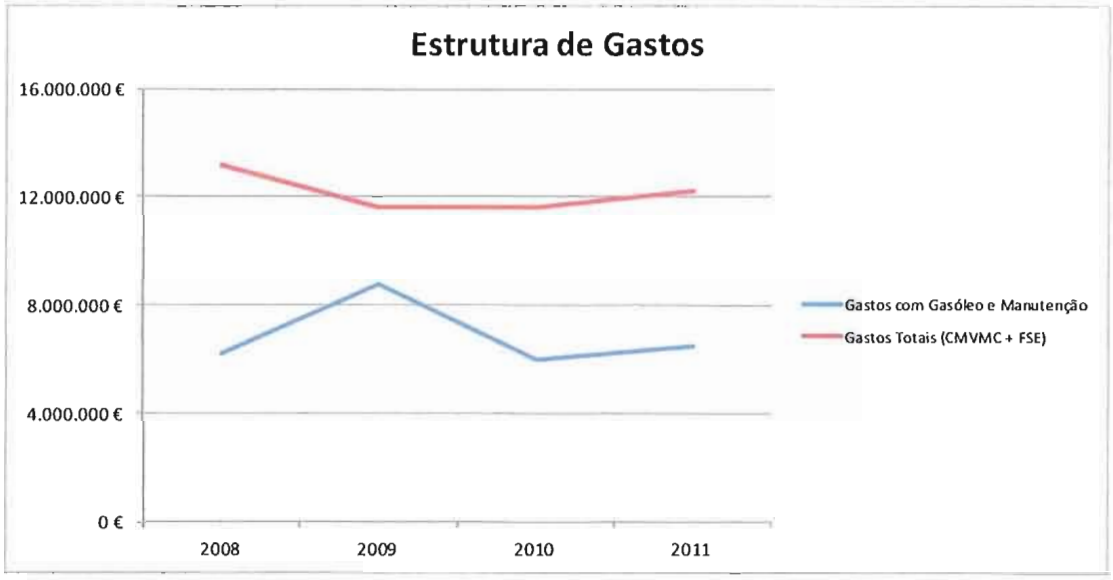
Quanto aos **Fornecimentos e Serviços Externos**, mantém-se a relevância das rúbricas de gastos apresentados no quadro seguinte, que representam 71,8% dos FSE's e que, no seu conjunto, sofreram uma redução próxima de 8% face a 2010.

(milhares de €)

FSE	2011	2010	2009
Manutenção e Conservação	2.058	2.487	2.391
Afretamentos*	1.001	986	1.135
Seguros	747	704	714
Vigilância, Segurança e Limpeza	899	931	931

** Frota fretada à participada Soflusa*

O gráfico seguinte demonstra o peso nos Serviços Externos e nas Matérias Consumidas, dos gastos com manutenção e com gasóleo. Tal como referido em anos anteriores, a incidência de esforços de contenção de gastos nestas duas rúbricas, terá sempre consequências diretas sobre a regularidade e a qualidade do serviço, facto que condiciona a aplicação de medidas de contenção mais severas.



O quadro seguinte representa um conjunto de indicadores que, na sua maioria, revelam uma evolução negativa, influenciado por um conjunto de circunstâncias, de um modo geral, exógenas à Empresa.

INDICADORES	2011	2010	2009
Liquidez Geral *(Activos Correntes / Passivo Corrente)*	0,34	0,30	0,34
Autonomia Total *(Passivo Total / Activo Total)*	2,91	2,87	2,69
Solvabilidade *(Capitais Próprios / Passivo Total)*	-0,66	-0,65	-0,63
EBITDA *(milhares de €)*	-12.325	-6.472	-11.025
Grau de Cobertura *(Rendimentos Totais sem ICs / Gastos Totais) (em %)*	29,8%	40,2%	30,6%

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração procurará em 2012:

- reforçar as medidas de consolidação da gestão de actividade das duas empresas do Grupo - Transtejo e Soflusa – numa única estrutura organizacional, no sentido de preparar a operação de fusão prevista na Lei do OE/2011;
- dar cumprimento de igual modo às medidas de contenção previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento;
- avaliar, através da realização de estudos de procura, a possibilidade de introduzir na oferta alterações que induzam reduções de custos;
- manter o seu contributo na melhoria do transporte público, nomeadamente através de medidas que reforcem a articulação intermodal;
- reforçar padrões de segurança e qualidade, incentivando as boas praticas de navegação e as melhorias do atendimento ao cliente
- apostar na formação interna e na avaliação do desempenho, como forma de aumentar a produtividade interna
- consolidar o sistema de informação interna
- iniciar a primeira auditoria interna ao SGA.

NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração considera relevante referir que o Relatório de Gestão e as Contas de 2010 ainda não se encontram aprovadas pelo Acionista, decorrente do facto de existirem reservas por parte do accionista quanto aos termos do protocolo celebrado no exercício de 2009, entre a Empresa e o Metro, referente ao terminal do Cais do Sodré. Ao longo do ano, foram desenvolvidas diversas diligências no sentido de corrigir os termos

do protocolo celebrado em 1 de Setembro de 2009, sendo que até esta data, este trabalho encontra-se em fase de conclusão.

Tendo em conta o facto de se encontrar perdido mais de metade do capital social e considerando o que dispõe o art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração proporá a inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia-Geral de aprovação de contas, um ponto relativo a esta matéria.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração ficou reduzido a dois membros, após a renúncia em 1 de fevereiro de 2011 da Senhora Dra. Maria Elisa Saloio que foi exercer cargo semelhante no Conselho de Administração do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. O valioso trabalho e o interesse com que desempenhou as suas funções merecem uma palavra de reconhecimento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deseja manifestar o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa pela colaboração prestada à empresa no desenvolvimento da sua actividade, aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade revelada, bem como a todos os que no interior da organização se empenharam na prossecução dos objectivos alcançados.

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, no montante negativo de € 20.786.247,83 (doze milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos) sejam integralmente transferidos para a conta Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de Junho 2012,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245º., nº. 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nomimalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2011 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte"

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

TRANSTEJO

Demonstrações Financeiras Separadas 31 de dezembro de 2011

Índice das demonstrações financeiras separadas

Demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 4

Demonstrações do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 5

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 6

Demonstrações de fluxos de caixa findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 7

Anexo às demonstrações financeiras separadas 8

1 Informação geral 8
2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público 9
3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 10
4 Principais políticas contabilísticas 12
5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros 24
6 Principais estimativas e julgamentos apresentados 27
7 Segmentos operacionais 29
8 Ativos fixos tangíveis 30
9 Ativos intangíveis 35
10 Investimentos em subsidiárias 36
11 Interesses em empreendimentos conjuntos 37
12 Ativos e passivos financeiros por categoria 38
13 Outros ativos financeiros 40
14 Inventários 40
15 Clientes 42
16 Imposto sobre o rendimento corrente 43
17 Empréstimos concedidos 45
18 Outras contas a receber 46
19 Outros ativos correntes 49
20 Caixa e equivalentes de caixa 50
21 Capital 52
22 Outras reservas e resultados transitados 53
23 Provisões 54
24 Financiamentos Obtidos 56
25 Instrumentos financeiros derivados 59
26 Outras contas a pagar não correntes 61
27 Outros passivos não correntes 61

28	Fornecedores	62
29	Outras contas a pagar corrente	64
30	Outros passivos correntes	65
31	Vendas e serviços prestados	66
32	Subsídios à exploração	67
33	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	68
34	Fornecimentos e serviços externos	69
35	Gastos com pessoal	70
36	Outros rendimentos e ganhos	71
37	Gastos/reversões de depreciação e amortização	72
38	Gastos e rendimentos financeiros	72
39	Dividendos por ação	73
40	Contingências	73
41	Partes relacionadas	74
42	Eventos subsequentes	78

Demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010

ATIVO	Notas	31 dezembro 2011	31 dezembro 2010
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	39.385.180,81	40.947.316,03
Ativos intangíveis	9	278.407,91	407.811,00
Investimentos em subsidiárias	10	-	-
Interesses em empreendimentos conjuntos	11	47.118,86	9.975,96
Outros ativos financeiros	13	531,96	531,96
Total do Activo não corrente		**39.711.239,54**	**41.365.634,95**
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	1.102.355,85	699.866,87
Clientes	15	50.852,47	93.662,13
Imposto sobre o rendimento corrente	16	34.520,01	33.902,90
Empréstimos concedidos	17	17.317.988,27	11.977.756,80
Outras contas a receber	18	2.441.082,84	3.667.427,91
Outros ativos correntes	19	382.209,15	457.418,38
Caixa e depósitos bancários	20	7.369.469,93	159.785,68
Total do Ativo corrente		**28.698.478,52**	**17.089.820,67**
Total do ativo		**68.409.718,06**	**58.455.455,62**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	21	53.000.000,00	53.000.000,00
Reservas de cobertura	22 e 25	(4.561.866,30)	(4.006.521,55)
Resultados transitados	22	(158.067.194,59)	(145.557.935,04)
Resultado líquido do período		(20.786.247,83)	(12.509.259,55)
Total do capital próprio		**(130.415.308,72)**	**(109.073.716,14)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	23	21.625.199,16	16.736.785,40
Financiamentos obtidos	24	55.000.000,00	55.000.000,00
Instrumentos financeiros derivados	25	4.561.866,30	4.006.521,55
Outras contas a pagar	26 e 29	12.002.601,63	12.502.601,63
Outros passivos não correntes	27	20.533.287,52	22.334.596,45
Total do Passivo não corrente		**113.722.954,61**	**110.580.505,03**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	24	73.143.075,64	48.146.868,49
Fornecedores	28	2.165.537,43	2.517.659,41
Imposto sobre o rendimento corrente	16	6.658,65	7.644,32
Outras contas a pagar	29	6.149.952,43	2.778.053,56
Outros passivos correntes	30	3.636.848,02	3.498.440,95
Total do passivo corrente		**85.102.072,17**	**56.948.666,73**
Total do passivo		**198.825.026,78**	**167.529.171,76**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**68.409.718,06**	**58.455.455,62**

As notas das páginas 7 a 78 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Demonstrações do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	31	7.614.044,26	7.259.086,44
Subsídios à exploração	32	6.583.551,01	6.749.449,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14 e 33	(5.687.254,82)	(3.533.362,24)
Fornecimentos e serviços externos	34	(6.564.230,88)	(8.078.428,04)
Gastos com o pessoal	35	(8.493.831,01)	(9.546.119,12)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	14	-	(240.875,68)
Provisões (aumentos / reduções)	23	(4.916.413,76)	(2.397.748,05)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(132.444,60)	(124.926,38)
Outros rendimentos e ganhos	36	821.074,47	3.677.223,95
Outros gastos e perdas	36	(1.549.586,07)	(236.574,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(12.325.091,40)	(6.472.274,95)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	37	(2.499.768,99)	(2.276.590,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(14.824.860,39)	(8.748.865,36)
Juros e gastos similares suportados	38	(6.854.429,49)	(4.153.650,70)
Juros e rendimentos similares obtidos	38	899.700,70	400.900,83
Resultado antes de impostos		(20.779.589,18)	(12.501.615,23)
Imposto sobre o rendimento do exercício	16 e 33	(6.658,65)	(7.644,32)
Resultado líquido do exercício		**(20.786.247,83)**	**(12.509.259,55)**
Outros rendimentos do exercício			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	22	(555.344,75)	(550.085,20)
Total do rendimento integral do exercício		**(21.341.592,58)**	**(13.059.344,75)**
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(20.786.247,83)	(12.509.259,55)
Resultado por acção básico		(1,96)	(1,18)
Rendimento integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(21.341.592,58)	(13.059.344,75)
Resultado por acção básico		(2,01)	(1,23)

As notas das páginas 7 a 78 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Rendimento integral do exercício
Saldo em 1 de janeiro de 2010 (IFRS)	21 e 22	**53.000.000,00**	**(3.456.436,35)**	**(128.535.876,94)**	**(17.022.058,10)**	**(96.014.371,39)**
Aplicação do resultado de 2009:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(17.022.058,10)	17.022.058,10	-
Total do rendimento integral do exercício		-	(550.085,20)	-	(12.509.259,55)	(13.059.344,75)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (IFRS)		**53.000.000,00**	**(4.006.521,55)**	**(145.557.935,04)**	**(12.509.259,55)**	**(109.073.716,14)**
Aplicação do resultado de 2010:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(12.509.259,55)	12.509.259,55	-
Total do rendimento integral do exercício		-	(555.344,75)	-	(20.786.247,83)	(21.341.592,58)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (IFRS)		**53.000.000,00**	**(4.561.866,30)**	**(158.067.194,59)**	**(20.786.247,83)**	**(130.415.308,72)**

As notas das páginas 7 a 78 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Demonstrações de fluxos de caixa findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Notas	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		10.972.969,78	10.755.795,68
Pagamentos a Fornecedores		(15.458.747,24)	(13.612.590,68)
Pagamentos ao Pessoal		(5.382.693,79)	(6.255.197,56)
Fluxos gerados pelas operações		**(9.868.471,25)**	**(9.111.992,56)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		26.258,58	53.569,18
Outros Recebimentos / Pagamentos da actividade operacional		836.240,49	5.457.449,93
		862.499,07	**5.511.019,11**
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		**(9.005.972,18)**	**(3.600.973,45)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(2.263.238,75)	(9.039.908,92)
Ativos Intangíveis		(14.795,11)	(56.187,60)
		(2.278.033,86)	**(9.096.096,52)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		3.555,00	-
Subsídios ao Investimento		617.812,28	1.600.000,00
		621.367,28	**1.600.000,00**
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		**(1.656.666,58)**	**(7.496.096,52)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		56.697.893,08	24.765.749,73
Outras operações de financiamento		800.007,18	7,18
		57.497.900,26	**24.765.756,91**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(27.659.726,31)	(8.263.700,00)
Juros e gastos Similares		(5.605.850,94)	(3.965.138,68)
Outras operações de financiamento		(6.360.000,00)	(1.540.000,00)
		(39.625.577,25)	**(13.768.838,68)**
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		**17.872.323,01**	**10.996.918,23**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**7.209.684,25**	**(100.151,74)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	20	159.785,68	259.937,42
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	7.369.469,93	159.785,68

As notas das páginas 7 a 78 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas

Anexo às demonstrações financeiras separadas

1 Informação geral

A Transtejo –Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de São Paulo, foi constituída em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública, acabando por ter sido transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo – turísticas.

Consequentemente, apesar de não dispor da concessão oficialmente atribuída, a Transtejo explora cinco das seis carreiras fluviais existentes entre as margens norte e sul do Rio Tejo, sendo a sexta ligação (Terreiro do Paço – Barreiro) assegurada pela sua subsidiária Soflusa.

A Empresa detém, presentemente, 2 áreas de negócio principais: i) prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem quatro ligações fluviais no Rio Tejo (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal – Cais do Sodré, Montijo – Cais do Sodré e Belém – Porto Brandão - Trafaria); ii) carreiras turísticas de cruzeiro com partida no Cais do Sodré (Circuito dos Descobrimentos), e Terreiro do Paço (Circuito Lisboa Vista do Tejo). A Transtejo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de Junho de 2012. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Transtejo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na nota 3.1..

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente transportes marítimo – turísticas.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

Apesar da relevância social que os serviços de transporte público prestados pela Empresa revestem, os mesmos não se encontram contratualizados. De acordo com o regulamento (CEE) nº 1893/91 que justifica a aplicação da noção de contrato de serviço público a este tipo de serviços entende-se que:

(i) O contrato de serviço público é um contrato celebrado entre as autoridades competentes de um Estado-Membro e uma empresa de transportes coletivos com o objetivo de prestar ao público serviços de transporte eficientes.

O contrato de serviço público deve englobar, designadamente, os seguintes pontos:

(i) Características dos serviços oferecidos, nomeadamente, as normas de continuidade, regularidade, capacidade e qualidade;
(ii) Serviços de transporte a preços e condições determinados, nomeadamente, para determinadas categorias de passageiros e/ou itinerários;
(iii) Duração do contrato;
(iv) Ativos implicados no fornecimento de serviços de transporte;
(v) Sanções previstas em caso de incumprimento.

A Empresa, tal como referido na Nota 32, recebe indemnizações compensatórias por parte do Estado, não se encontrando definidas ou contratualizadas as regras de determinação do montante de indemnizações compensatórias a receber.

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no diploma acima.

Assim sendo, e independentemente da inexistência de contrato que estabeleça os termos de tal serviço, a Transtejo considera que cumpre, ou encontra-se em condições para cumprir as obrigações decorrentes da legislação supra, e que, por esse mesmo motivo, as indemnizações compensatórias que recebe com periodicidade anual estão plenamente justificadas, sendo indispensáveis à estabilidade financeira da Empresa, face a desequilíbrios provocados pela prestação deste serviço.

Os apoios financeiros do Estado Português concedem uma cobertura financeira vital à política de investimentos em ativos fixos tangíveis da Empresa (sob a forma de subsídios ao investimento com origem em fundos comunitários FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e fundos estatais PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento), sendo a parte remanescente assegurada pelo endividamento bancário. Para as operações de consolidação desse endividamento é solicitado o aval do Estado.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras separadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2010. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras separadas a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras separadas são apresentadas na Nota 5.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2011:

	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 24 Related Party Disclosures (Revised)	01-jan-11
Amendments to IFRS 1 Limited Exemption from comparative IFRS 7 Disclosures for First Time Adopters	01-jul-10
Amendment to IAS 32 - Financial Instruments: Presentation - Classification of Rights Issues	01-fev-10
IFRIC 19 - Extinguishing of Financial Liabilities with Equity Instruments	01-jul-10
Amendment to IFRIC 14 - Prepayments of Minimum Funding Requirements	01-jan-11
Ammendments to IFRS 7 - Financial instruments: Disclosures - Transfer of Financial Assets	01-jul-11

Todas as normas acima foram aplicadas pela primeira vez pela Empresa em 2011, quando aplicáveis à Empresa, não tendo a adoção das mesmas resultado impactos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas contabilísticas, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Improvements to IFRS (2010)	Várias (a mais cedo será 01-jul-10)

Estas normas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 - Financial Instruments	01-jan-13
Amendments to IAS 12 - Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets	01-jan-12
Amendments to IFRS 1 - Severe Hyperinflaction and Removal of Fixed Dates for Fisrt-time Adopters	01-jul-11
Amendments to IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures	01-jul-11
IFRS 10 - Consolidated Financial Statements	01-jan-13
IFRS 11 - Joint Arrangements	01-jan-13
IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities	01-jan-13
IFRS 10 - Fair Value Measurement	01-jan-13
IAS 27 (Revised 2011)- Separate Financial Statements	01-jan-13
IAS 28 (Revised 2011)- Investments in Associates and Joint Ventures	01-jan-13
Amendments to IAS 1 - Presentation of Comprehensive Income	01-jan-13
Amendments to IAS 19 - Post Employment Benefits	01-jan-13
IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine	01-jan-13
IFRS 1 - Government Loans	01-jan-13

Relativamente a estas normas e interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

As demonstrações financeiras refletem apenas as contas separadas da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. A Empresa irá contudo preparar demonstrações financeiras consolidadas para apresentação e aprovação em separado.

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

4.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinado com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras separadas, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

4.3. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da empresa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras da Transtejo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como outros ganhos ou perdas operacionais.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2011	2010
USD	1,2959	1,3362
GBP	0,8349	0,8608

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2011.

4.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), a Transtejo efetuar a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incorridos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros alivos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendida pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.6).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas'.

4.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.6. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.7. Ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda

Os ativos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como ativos detidos para venda quando o seu valor contabilístico destina-se a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e a venda é considerada altamente provável.

Estes ativos são mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, na data da classificação como detido para venda. Os activos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

4.8. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Transtejo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, a Transtejo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 18), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Transtejo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

A Transtejo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.9. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros

disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Transtejo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.10. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

A Transtejo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Transtejo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

A Transtejo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração do rendimento integral.

4.11. Inventários

A Transtejo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobresselentes a consumir pela Transtejo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

4.12. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Transtejo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração do rendimento integral, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.13. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa, dado que apresentam caraterísticas de financiamento, pelo que são refletidos como atividade de financiamento.

4.14. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.15. Passivos financeiros

A IAS 39 – 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 24) e "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.17. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários e juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos:
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos;

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras separadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efetiva tributação ou dedução futura, dados os prejuízos fiscais gerados historicamente em cada período e não se perspetiva que tal situação venha a ser alterada no futuro.

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

4.20. Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Outros passivos", sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incorridos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente foram reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

4.21. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

4.22. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.23. Especialização de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.24. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;
ii) Venda de passes exclusivos Transtejo, ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são emitidos;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, definições dos serviços de transporte praticados pela Transtejo.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.25. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.26. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. No caso de se verificarem eventos após a data de fecho, que correspondam a transações do exercício seguinte mas que sejam significativos, estes devem ser divulgados nas demonstrações financeiras separadas.

4.27. Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Transtejo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Empréstimo obrigacionista emitido com taxa variável expõe a Transtejo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, a Transtejo contratou duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assume a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda corresponde a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank. Estas operações permitem à Transtejo reduzir os impactos financeiros de eventuais oscilações da taxa de juro dos financiamentos negociados.

A Transtejo efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Transtejo calcula o impacto em custos e proveitos derivado de flutuações da taxa de juro. A Transtejo possui a 31 de dezembro de 2011 descobertos bancários, contas correntes caucionadas, empréstimos obrigacionistas emitidos e instrumentos financeiros derivados (*swaps* e *collar* de taxa de juro) no valor de 131.494.739,12€ e (106.644.931,89€ em 31 de dezembro de 2010), contraídos junto da Banca Nacional e Internacional, os quais são remunerados a uma taxa variável Euribor de 1 a 3 meses, acrescida de *spreads* que podem atingir um teto de 800 pontos base (8,00%).

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Transtejo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010.

31 de dezembro de 2010:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de dezembro de 2010, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 830.630,90 euros.

31 de dezembro de 2011:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de dezembro de 2011, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 1.001.377,69 euros.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito da Transtejo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

5.1.3. Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A Transtejo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre a Transtejo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00
Outros passivos não correntes	-	12.002.601,63	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	14.126.478,82	-	-
Contas Correntes Caucionadas	57.806.394,00	-	-
Fornecedores	2.165.537,43	-	-
Outras contas a pagar	5.744.829,24	-	-
Outros passivos correntes	2.211.848,64	-	-

31 de dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00
Outros passivos não correntes	-	12.502.601,63	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	20.097.016,34	-	-
Contas Correntes Caucionadas	27.541.394,00	-	-
Fornecedores	2.517.659,41	-	-
Outras contas a pagar	2.543.190,60	-	-
Outros passivos correntes	1.594.812,47	-	-

5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras separadas da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes:

6.1 Provisões

A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 23).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

6.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo Transtejo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros da Transtejo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de

fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, a Transtejo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2011.

7 Segmentos operacionais

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Nota	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2010										
Custo de aquisição		44.996,79	26.981.915,59	59.720.585,80	324.581,33	181.098,27	937.687,14	992.842,64	8.554.656,82	97.738.364,38
Depreciações acumuladas		-	(4.828.431,05)	(49.556.012,70)	(313.013,65)	(165.964,96)	(865.893,24)	(742.284,57)	-	(56.471.600,17)
Valor líquido		**44.996,79**	**22.153.484,54**	**10.164.573,10**	**11.567,68**	**15.133,31**	**71.793,90**	**250.558,07**	**8.554.656,82**	**41.266.764,21**
31 de dezembro de 2010										
Adições		-	-	-	15.944,88	2.067,22	24.281,29	-	3.183.316,50	3.225.609,89
Alienações		-	-	-	(129.887,87)	-	-	-	-	(129.887,87)
Transferências e abates		-	286.554,36	-	-	-	-	-	(286.554,36)	-
Depreciação - período	37	-	(674.099,91)	(2.758.684,30)	(9.770,07)	(6.083,89)	(32.672,47)	(63.747,43)	-	(3.545.058,07)
Depreciação - alienações		-	-	-	129.887,87	-	-	-	-	129.887,87
Depreciação- transf. e abates		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		-	(387.545,55)	(2.758.684,30)	6.174,81	(4.016,67)	(8.391,18)	(63.747,43)	2.896.762,14	(319.448,18)
31 de dezembro de 2010										
Custo de aquisição		44.996,79	27.268.469,95	59.720.585,80	210.638,34	183.165,49	961.968,43	992.842,64	11.451.418,96	100.834.086,40
Depreciações acumuladas		-	(5.502.530,96)	(52.314.697,00)	(192.895,85)	(172.048,85)	(898.565,71)	(806.032,00)	-	(59.886.770,37)
Valor líquido		**44.996,79**	**21.765.938,99**	**7.405.888,80**	**17.742,49**	**11.116,64**	**63.402,72**	**186.810,64**	**11.451.418,96**	**40.947.316,03**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

		Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2011										
Custo de aquisição		44.996,79	27.268.469,95	59.720.585,80	210.638,34	183.165,49	961.968,43	992.842,64	11.451.418,96	100.834.086,40
Depreciações acumuladas		-	(5.502.530,96)	(52.314.697,00)	(192.895,85)	(172.048,85)	(898.565,71)	(806.032,00)	-	(59.886.770,37)
Valor líquido		**44.996,79**	**21.765.938,99**	**7.405.888,80**	**17.742,49**	**11.116,64**	**63.402,72**	**186.810,64**	**11.451.418,96**	**40.947.316,03**
31 de dezembro de 2011										
Adições		-	-	367.090,98	-	325,00	11.502,25	7.095,79	2.933.123,68	3.319.137,70
Alienações		-	(503.619,55)	(323.041,34)	-	-	(1.633,57)	(63.346,39)	-	(891.640,85)
Transferências	14	-	-	13.953.496,54	-	-	-	-	(14.363.129,64)	(409.633,10)
Abates		-	-	(2.458,92)	-	-	(608,54)	(4.659,48)	-	(7.726,94)
Depreciação - periodo	37	-	(654.570,88)	(3.441.596,56)	(9.770,05)	(5.479,92)	(31.311,46)	(61.572,09)	-	(4.204.300,96)
Depreciação - alienações		-	236.125,28	325.500,26	-	-	1.633,57	63.346,39	-	626.605,50
Depreciação- transf. e abates		-	263,45	(104,92)	-	-	605,42	4.659,48	-	5.423,43
Valor líquido		-	(921.801,70)	10.878.886,04	(9.770,05)	(5.154,92)	(19.812,33)	(54.476,30)	(11.430.005,96)	(1.562.135,22)
31 de dezembro de 2011										
Custo de aquisição		44.996,79	26.764.850,40	73.715.673,06	210.638,34	183.490,49	971.228,57	931.932,56	21.413,00	102.844.223,21
Depreciações acumuladas		-	(5.920.713,11)	(55.430.898,22)	(202.665,90)	(177.528,77)	(927.638,18)	(799.598,22)	-	(63.459.042,40)
Valor líquido		**44.996,79**	**20.844.137,29**	**18.284.774,84**	**7.972,44**	**5.961,72**	**43.590,39**	**132.334,34**	**21.413,00**	**39.385.180,81**

A rubrica de Equipamento básico a 31 de dezembro de 2011 compreende, essencialmente, embarcações de transporte fluvial de passageiros no montante líquido de 15.546.941,11€ (4.207.750,30€ a 31 de dezembro de 2010).

Adições

O aumento registado na rubrica de ativos em curso durante o exercício de 2011 no montante de 2.933.123,68€ respeita, essencialmente, à despesa final do projeto de construção de dois novos ferrys (2.838.667,78€). O investimento – contratado em 25 de novembro de 2008 à Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. - foi concluído em 2011 e o seu valor global foi de 14.282.686,74€. Parte deste valor, no montante de 409.633,10€ foi transferido para a rubrica de "Inventários" por se referir a sobressalentes destinados às embarcações, cujo fornecimento se encontrava estipulado no contrato, tendo o valor remanescente no montante de 13.873.053,64€ sido transferido para equipamento básico.

Foi igualmente transferido, no decurso do exercício de 2011, para a rubrica de equipamento básico, o montante de 80.442,90€ referente a equipamento de bilhética sem contato.

No decurso do exercício de 2011, a Empresa procedeu à aquisição de um pontão, no montante de, aproximadamente, 300.000€, tendo sido reconhecido como uma adição direta de equipamento básico.

O aumento registado em "Ativos fixos tangíveis" durante o exercício de 2010, refere-se, essencialmente, ao aumento da rubrica de Ativos em curso respeitante a:

- Continuação da construção de dois novos ferryboats, no montante de 2.896.732 euros.
- Reforço do sistema e dos equipamentos de bilhética, no montante de 48.070 euros.

Alienações

As alienações na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2011, ascendem a 891.640,85€, e respeitam à alienação do antigo terminal do Montijo (564.394,96€) e de bens do terminal de Cacilhas II (327.245,89€).

As alienações em "Ativos fixos tangíveis" reconhecidos durante o exercício de 2010, ascendem a 129.887,87€, sendo que os valores mais significativos respeitam à alienação de 4 viaturas.

Ativos em curso

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

Descrição	2011	2010
Projecto construção novos *ferryboats*	-	11.451.418,96
Projecto construção novos cacilheiros	21.413,00	-
	21.413,00	11.451.418,96

Projeto construção novos *ferryboats:*

A aquisição de duas novas embarcações de classe *ferry,* destinadas a substituir dois dos navios mais antigos da frota Transtejo, o "Alentejense" e o "Eborense", ficou concluída em 2011, tendo sido recebidos os ferryboats "Lisbonense" e "Almadense" construídos nos estaleiros navais da Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., em Aveiro, conforme contrato assinado em 25 de novembro de 2008.

A despesa de investimento neste projeto desenvolveu-se do seguinte modo:
- Até 31 de dezembro de 2010: 11.444.018,96€
- Durante o exercício de 2011: 2.838.667,78€

Durante o exercício de 2011 a Transtejo não capitalizou quaisquer encargos financeiros com empréstimos, por não existirem ativos qualificáveis em curso iniciados após 1 de janeiro de 2009.

As transferências de "Ativos em curso" para "Ativos fixos tangíveis" ocorridas em 2011 referem-se à conclusão do projeto de construção dos novos *ferryboats* e à atualização do sistema de bilhética.
- Ferryboats: 13.873.053,64€
- Sistema bilhética: 80.442,90€

Em 31 de Dezembro de 2010, as transferências de "Ativos em curso" para "Ativos fixos tangíveis" referem-se essencialmente a:
- Beneficiação do Terminal de Cacilhas I: 136.024,23€
- Beneficiação da Estação do Porto de Brandão: 150.530,13€

Ativos adquiridos em regime de locação financeira:

No período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue:

Locações financeiras	2011	2010
Equipamento transporte		
Valor bruto	23.135,38	23.135,38
Depreciações acumuladas	(23.135,38)	(14.962,39)
	-	**8.172,99**

9 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades da Transtejo (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Nota	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2011				
Custo de aquisição		275.161,72	407.811,00	682.972,72
Amortizações acumuladas		(275.161,72)	-	(275.161,72)
Valor líquido		**-**	**407.811,00**	**407.811,00**
Adições		9.780,00	-	9.780,00
Alienações		-	-	-
Transferências e abates		407.811,00	(407.811,00)	-
Amortização - exercício	37	(139.183,09)	-	(139.183,09)
Amortização - alienações		-	-	-
Valor líquido		**278.407,91**	**-**	**278.407,91**
31 de dezembro de 2011				
Custo de aquisição		692.752,72	-	692.752,72
Amortizações acumuladas		(414.344,81)	-	(414.344,81)
Valor líquido		**278.407,91**	**-**	**278.407,91**

	Nota	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2010				
Custo de aquisição		275.161,72	359.741,00	634.902,72
Amortizações acumuladas		(275.161,72)	-	(275.161,72)
Valor líquido		**-**	**359.741,00**	**359.741,00**
Adições		-	48.070,00	48.070,00
Alienações		-	-	-
Transferências e abates		-	-	-
Amortização - exercício	37	-	-	-
Amortização - alienações		-	-	-
Valor líquido		**-**	**407.811,00**	**407.811,00**
31 de dezembro de 2010				
Custo de aquisição		275.161,72	407.811,00	682.972,72
Amortizações acumuladas		(275.161,72)	-	(275.161,72)
Valor líquido		**-**	**407.811,00**	**407.811,00**

Em 2011 foi concluída a implementação da nova plataforma tecnológica de sistemas de informação (novo ERP Transtejo), conforme contrato celebrado em 31 de dezembro de 2008 com a Unit4Agresso Portugal – Unipessoal, Lda., tendo o investimento ascendido a 407.811€, valor que se encontrava em "Ativos em curso".

10 Investimentos em subsidiárias

Esta rubrica respeita à participação detida na empresa Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., sendo apresentado abaixo detalhes das demonstrações financeiras desta entidade:

						2010	
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Serviços	Resultado Líquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	37.284.520,25	52.944.210,87	(15.659.690,62)	6.710.928,42	(3.138.288,67)	100%	-

						2011	
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Serviços	Resultado Líquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	39.780.540,68	59.819.254,09	(20.038.713,41)	7.129.788,35	(4.379.022,79)	100%	-

Dado que a Transtejo, detém 100% do capital da Soflusa e esta apresenta uma situação líquida negativa, a demonstração da posição financeira inclui, em 31 de dezembro de 2011, uma provisão no valor de 20.386.133,43€ (16.013.453,15€ em 31 de dezembro de 2010) (Nota 23).

11 Interesses em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os movimentos da rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" foram os seguintes:

	2011	2010
1 de janeiro	**9.975,96**	**19.951,92**
Aquisições de empreendimentos conjuntos	37.142,90	-
Resultado período	-	-
Transferências para filiais	-	-
Outros ganhos/perdas	-	(9.975,96)
Outros movimentos no Capital	-	-
Dividendos recebidos	-	-
31 de dezembro	**47.118,86**	**9.975,96**

A rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" detalha-se como se segue:

Entidade	% detida	2011	2010
Otlis, ACE	14,29%	47.118,86	9.975,96
Total		**47.118,86**	**9.975,96**

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

31.12.2010	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	159.785,68	-	-	-	-	159.785,68
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	93.662,13	-	-	-	-	93.662,13
Outras contas a receber	3.324.911,09	-	-	-	342.516,83	3.667.427,92
Empréstimos concedidos	11.977.756,80	-	-	-	-	11.977.756,80
Outros ativos correntes	-	-	-	-	457.418,38	457.418,38
Total ativos	**15.556.115,70**	**531,96**	**-**	**-**	**799.935,21**	**16.356.582,87**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(103.146.868,49)	-	(103.146.868,49)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(4.006.521,55)	-	-	(4.006.521,55)
Fornecedores	-	-	-	(2.517.659,41)	-	(2.517.659,41)
Outras contas a pagar	-	-	-	(15.045.864,23)	(234.790,96)	(15.280.655,19)
Outros passivos	-	-	-	(128.035,33)	(25.705.002,07)	(25.833.037,40)
Total passivos	**-**	**-**	**(4.006.521,55)**	**(120.838.427,46)**	**(25.939.793,03)**	**(150.784.742,04)**

31.12.2011	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.369.469,93	-	-	-	-	7.369.469,93
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	50.852,47	-	-	-	-	50.852,47
Outras contas a receber	2.056.716,41	-	-	-	384.366,43	2.441.082,84
Empréstimos concedidos	17.317.988,27	-	-	-	-	17.317.988,27
Outros ativos correntes	-	-	-	-	382.209,15	382.209,15
Total ativos	**26.795.027,08**	**531,96**	-	-	**766.575,58**	**27.562.134,62**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(128.143.075,64)	-	(128.143.075,64)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(4.561.866,30)	-	-	(4.561.866,30)
Fornecedores	-	-	-	(2.165.537,43)	-	(2.165.537,43)
Outras contas a pagar	-	-	-	(17.747.430,87)	(405.123,19)	(18.152.554,06)
Outros passivos correntes	-	-	-	(110.787,28)	(24.059.348,26)	(24.170.135,54)
Total passivos	**-**	**-**	**(4.561.866,30)**	**(148.166.831,22)**	**(24.464.471,45)**	**(177.193.168,97)**

13 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os movimentos da rubrica de "Outros ativos financeiros" foram os seguintes:

Entidade	% detida	2011	2010
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	0,00%	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	-	496,05	496,05
Total		**531,96**	**531,96**

Quer a participação na Comundo quer as Obrigações do Tesouro tratam-se de ativos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	Nota	2011	2010
Combustíveis		138.103,93	113.178,52
Lubrificantes		43.327,40	26.819,82
Materiais de consumo		27.439,35	21.337,91
Bilhetes		69.990,97	103.606,09
Sobresselentes		753.621,68	778.919,58
Materiais para reparações		125.295,58	121.061,11
Materiais em trânsito	8	409.633,10	-
Subtotal	33	1.567.412,01	1.164.923,03
Imparidades de inventários		(465.056,16)	(465.056,16)
Total inventários		**1.102.355,85**	**699.866,87**

O saldo de inventários compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para eventuais intervenções periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2011, como gasto e incluido na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 5.687.254,82€ (3.533.362,24€ em 31 de dezembro de 2010) (Nota 33).

Imparidade de inventários

	2011	2010
A 1 de janeiro	**465.056,16**	**224.180,48**
Aumentos	-	242.291,61
Utilizações	-	-
Reduções	-	(1.415,93)
A 31 de dezembro	**465.056,16**	**465.056,16**

A variação ocorrida na rubrica de "Imparidade de inventários" no exercício de 2010 resultou de ajustamentos efetuados nos inventários considerados "monos", no montante de 240.875,68€, tendo sido registado na Demonstração do rendimento integral na rubrica "Ajustamentos de inventários".

15 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

	2011			2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - terceiros i)	50.852,47	-	50.852,47	93.662,13	-	93.662,13
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	50.852,47	-	50.852,47	93.662,13	-	93.662,13
Ajustamento clientes	-	-	-	-	-	-
Total Clientes	**50.852,47**	**-**	**50.852,47**	**93.662,13**	**-**	**93.662,13**

i) Clientes – terceiros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiro relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2011	2010
Imposto a recuperar	34.520,01	33.902,90
Imposto a pagar	(6.658,65)	(7.644,32)
Total	**27.861,36**	**26.258,58**
Estimativa de imposto a pagar	(6.658,65)	(7.644,32)
Retenções na fonte de terceiros	34.520,01	33.902,90
	27.861,36	**26.258,58**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2011	2010
Imposto corrente	(6.658,65)	(7.644,32)
	(6.658,65)	**(7.644,32)**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

A Transtejo é tributada em sede de IRC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 25% (2010: 25%), acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% (2010: 1,5%) e derrama estadual à taxa de 2,5% (2010: 2,5%), esta última introduzida pela Lei nº12-A/2010, sendo esta aplicável à parte do lucro tributável superior a 2.000.000€. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ter uma natureza temporária ou definitiva.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa não reconhece os impostos diferidos ativos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Nos exercícios de 2011 e 2010, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	**(20.779.589,18)**	**(12.501.615,23)**
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
Imposto esperado		
Diferenças permanentes i)	6.658,65	7.644,32
Imposto sobre o rendimento do exercício	**6.658,65**	**7.644,32**
Taxa efetiva de imposto	0,03%	0,06%
Imposto corrente	6.658,65	7.644,32
Imposto diferido	-	-
	6.658,65	**7.644,32**

i) Em 31 de dezembro de 2011 as diferenças permanentes referem-se à tributação autónoma no montante de 14.301,69€, deduzido do excesso da estimativa do exercício de 2010, no montante de 7.643,04€.

17 Empréstimos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição da rubrica de "Empréstimos concedidos", compõem-se da seguinte forma:

	Nota	2011			2010		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimo concedido	41.2	17.317.988,27	-	17.317.988,27	11.977.756,80	-	11.977.756,80
		17.317.988,27	**-**	**17.317.988,27**	**11.977.756,80**	**-**	**11.977.756,80**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa. Trata-se de uma operação financeira de curto-prazo, vencendo juros à taxa Euribor 1M + *spread* variável (menor dos *spreads* suportados pela Transtejo nas suas operações de financiamento).

O valor contabilístico do empréstimo é como segue:

	Valor contabilístico	
	31.12.11	**31.12.10**
Empréstimo concedido	17.317.988,27	11.977.756,80
	17.317.988,27	**11.977.756,80**

18 Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

		2011			2010		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EOEP	i)	384.366,43	-	384.366,43	342.516,82	-	342.516,82
Outros devedores	ii)	3.144.503,21	-	3.144.503,21	4.343.062,55	-	4.343.062,55
Pessoal	iii)	168.999,14	-	168.999,14	106.189,88	-	106.189,88
Perdas de imparidade		(1.256.785,94)	-	(1.256.785,94)	(1.124.341,34)	-	(1.124.341,34)
Outras contas a receber		**2.441.082,84**	**-**	**2.441.082,84**	**3.667.427,91**	**-**	**3.667.427,91**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa procedeu ao reforço da perda de imparidade no montante de 132.444,60€, tendo registado por contrapartida da rubrica da Demonstração do rendimento integral "Imparidades de dívidas a receber"

i) Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Devedor	Credor (Nota 29)	Devedor	Credor (Nota 29)
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	358.597,01	187.469,37	327.055,61	-
IRS - Imposto s/ rendimento	1.648,67	61.440,60	-	70.046,46
Contribuições p/ segurança social	-	156.033,22	-	164.682,70
Outros	24.120,75	180,00	15.461,21	61,80
	384.366,43	**405.123,19**	**342.516,82**	**234.790,96**

Em 31 de dezembro de 2010 a Empresa havia solicitado um reembolso de IVA de 327.055,61€, o qual foi liquidado pelas autoridades fiscais a 2 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de IVA a receber no montante de 358.597,01€, compreende o pedido de reembolso do mês de setembro de 2011, valor que foi recebido em 2012. Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

ii) Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2011			2010		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Subsídio/ Metro - FEDER	a)	1.082.306,54	-	1.082.306,54	1.082.306,54	-	1.082.306,54
Metropolitano de Lisboa, EPE	b)	1.016.760,56	(998.945,95)	17.814,61	1.034.706,16	(998.945,95)	35.760,21
Actual	c)	216.275,83	(211.972,79)	4.303,04	216.275,83	(125.395,39)	90.880,44
Navalria	f)	-	-	-	1.393.227,48	-	1.393.227,48
Gisparques	d)	138.429,77	-	-	-	-	-
Caistejo	e)	45.867,20	(45.867,20)	-	-	-	-
Outros (< 100.000 €)		644.863,31	-	644.863,31	616.546,54	-	616.546,54
Total		**3.144.503,21**	**(1.256.785,94)**	**1.887.717,27**	**4.343.062,55**	**(1.124.341,34)**	**3.218.721,21**

a) Com a celebração do protocolo entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa em 2009 (transmissão da responsabilidade técnica pelo Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente) foi transmitido à Transtejo o reconhecimento ao direito a receber um subsídio comunitário no montante de 1.082.306,54€ que ainda se encontra em fase de aprovação por parte do FEDER. Não foi realizada a atualização dado não ser considerado materialmente relevante o seu efeito;

b) Este saldo refere-se a transações realizadas entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa. O valor mais significativo refere-se à re-faturação dos encargos com beneficiações de pontões, a título de comparticipação, após um incidente com as obras do Terreiro do Paço que remonta a dezembro de 2001. No exercício de 2010, a Empresa reforçou a perda de imparidade no montante de 211.503,78€. Em 31 de dezembro de 2011, esta situação continua pendente de resolução;

c) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que a Transtejo registou uma perda de imparidade para o saldo referente ao período entre outubro de 2005 e finais de 2007, pela fraca expetativa de realização, atendendo ao desfecho do processo judicial em curso relativo a este processo (Nota 23);

d) Este valor refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais da Empresa, concessionados à Gisparques, tendo vindo a ser liquidados durante o ano de 2012.

e) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que a Transtejo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro trimestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com a concessionária.

f) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010 refere-se ao débito efetuado pela penalidade contratual (previsto na cláusula 14ª, nº 1 do, do Contrato para a construção de dois navios para o transporte de 360 passageiros sentados e 29 veículos automóveis ou equivalentes), o qual foi anulado em 2011, na sequência da decisão de 30 de dezembro de 2011 do Tribunal Arbitral (Nota 29).

iii) Pessoal

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

19 Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Transtejo tem registado na rubrica de "Outros ativos correntes" os seguintes saldos:

		2011	2010
Indemnizações a receber de seguradoras	i)	131.532,20	156.084,88
Direcção Geral do Tesouro	ii)	80.870,60	199.867,74
Caixa Geral de Depósitos		-	298,29
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.		47.922,48	-
Acréscimos de rendimentos		**260.325,28**	**356.250,91**
Turismo - Artigos para venda	iii)	21.054,17	21.048,91
Outros		100.829,70	80.118,56
Gastos diferidos		**121.883,87**	**101.167,47**
		382.209,15	**457.418,38**

Em acréscimos de rendimentos encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridos com a frota dos navios da Empresa (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império – Bonança);

ii) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Transtejo possuía um valor a receber do Estado referente a indemnizações da compensação dos passes 4_18, sub23 e Social +.

iii) O saldo em questão refere-se essencialmente a bens para posterior venda no circuito de turismo.

Os gastos diferidos referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

20 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2011	2010
Caixa	83.205,16	93.029,33
Depósitos bancários	7.286.264,77	66.756,35
Caixa e equivalentes de caixa	**7.369.469,93**	**159.785,68**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Numerário		
- Caixa	83.205,16	93.029,33
	83.205,16	**93.029,33**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	7.286.264,77	66.756,35
	7.286.264,77	**66.756,35**
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**7.369.469,93**	**159.785,68**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	**7.369.469,93**	**159.785,68**

A variação registada em Depósitos bancários deve-se ao recebimento em 22 de dezembro de 2011 do valor das indemnizações compensatórias.

21 Capital

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 10.600.000 ações com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
	10.600.000	53.000.000,00
Capital Social	**10.600.000**	**53.000.000,00**

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010.

22 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Total
1 de janeiro de 2010	**(3.456.436,35)**	**(128.535.876,94)**	**(131.992.313,29)**
Adições	(550.085,20)	(17.022.058,10)	(17.572.143,30)
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de dezembro de 2010	**(4.006.521,55)**	**(145.557.935,04)**	**(149.564.456,59)**
Adições	(555.344,75)	(12.509.259,55)	(13.064.604,30)
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de dezembro de 2011	**(4.561.866,30)**	**(158.067.194,59)**	**(162.629.060,89)**

Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 25 – Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

Por deliberação da Assembleia Geral da Transtejo, de 28 de outubro de 2010, os prejuízos do exercício de 2009, no montante de 17.022.058,10€ foram transferidos integralmente para resultados transitados.

Relativamente às contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ainda não se encontram aprovadas em Assembleia Geral, decorrente do facto de existirem reservas por parte do acionista quanto aos termos do protocolo celebrado no exercício de 2009, entre a Empresa e o Metro, referente ao terminal do Cais do Sodré (Nota 2). O Conselho de Administração da Empresa transferiu os prejuízos do exercício de 2010 para

resultados transitados, conforme a proposta expressa no relatório de gestão desse exercício por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas

Em 31 de dezembro de 2011, os capitais próprios da Empresa encontram-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

23 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

	Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total		Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de janeiro de 2011	**572.766,52**	**16.164.018,88**	**16.736.785,40**	**A 1 de janeiro de 2010**	**591.631,68**	**13.776.906,12**	**14.368.537,80**
Dotação	710.233,48	4.372.680,28	5.082.913,76	Dotação	298.901,20	2.387.112,76	2.686.013,96
Utilização	(28.000,00)	-	(28.000,00)	Utilização	(29.500,00)	-	(29.500,00)
Reclassificações	-	-	-	Reclassificações	-	-	-
Reversão	(166.500,00)	-	(166.500,00)	Reversão	(288.266,36)	-	(288.266,36)
A 31 de dezembro de 2011	**1.088.500,00**	**20.536.699,16**	**21.625.199,16**	**A 31 de dezembro de 2010**	**572.766,52**	**16.164.018,88**	**16.736.785,40**
Saldo corrente	-	-	-	Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	1.088.500,00	20.536.699,16	21.625.199,16	Saldo não corrente	572.766,52	16.164.018,88	16.736.785,40
	1.088.500,00	**20.536.699,16**	**21.625.199,16**		**572.766,52**	**16.164.018,88**	**16.736.785,40**

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral 4.916.413,76€ (2.397.748,05€ em 31 de dezembro de 2010) de dotações e reversões de provisões. O valor reconhecido em 2011 inclui 4.372.680,28€ referente ao prejuízo da participada Soflusa e 704.733,48€ por processo judicial com sentença condenatória para a Transtejo interposto pelo concessionário Actual, Lda. (Nota 18). A este valor deve deduzir-se 166.500,00€ correspondentes a reversões de processos judiciais em curso.

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2011 e 2010 como segue:

Provisões para processos judiciais em curso	31.12.11	31.12.10
Tribunal do Trabalho de Lisboa	-	118.000,00
Tribunal Marítimo Lisboa	76.000,00	76.000,00
Actual - Activ. Hotel, Lda	720.000,00	15.266,52
Processos - Passageiros	192.500,00	187.000,00
Processos - Trabalhadores	-	33.500,00
Processos - Outros	100.000,00	143.000,00
Total	**1.088.500,00**	**572.766,52**

O detalhe da Provisão para outros riscos e encargos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Outros riscos e encargos		01.01.10	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.10
FBM Marine Ltd	a)	150.565,73	-	-	-	150.565,73
Soflusa, SA	b)	13.626.340,39	2.387.112,76	-	-	16.013.453,15
		13.776.906,12	**2.387.112,76**	-	-	**16.164.018,88**

Outros riscos e encargos		01.01.11	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.11
FBM Marine Ltd	a)	150.565,73	-	-	-	150.565,73
Soflusa, SA	b)	16.013.453,15	4.372.680,28	-	-	20.386.133,43
		16.164.018,88	4.372.680,28	-	-	20.536.699,16

a) Saldo relativo a um valor a receber da FBM Marine Ltd no montante de 218.063,45€ compensado por faturas emitidas por este fornecedor, no montante de 67.497,72€ relacionados com a construção da frota de catamarãs da Transtejo entre 1995 e 1999;

b) Provisão que reflete a responsabilidade assumida por conta do investimento financeiro na subsidiária Soflusa.

24 Financiamentos Obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

	2011			2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	-	55.000.000,00	55.000.000,00	-	55.000.000,00	55.000.000,00
Contas correntes caucionadas	57.806.394,00	-	57.806.394,00	27.541.394,00	-	27.541.394,00
Descobertos bancários	14.126.478,82	-	14.126.478,82	20.097.016,34	-	20.097.016,34
	71.932.872,82	**55.000.000,00**	**126.932.872,82**	**47.638.410,34**	**55.000.000,00**	**102.638.410,34**
Juros a pagar - especialização	1.210.202,82	-	1.210.202,82	508.458,15	-	508.458,15
	73.143.075,64	**55.000.000,00**	**128.143.075,64**	**48.146.868,49**	**55.000.000,00**	**103.146.868,49**

A Transtejo tem contratualizadas diversas linhas de crédito sob a forma de contas correntes caucionadas e descobertos bancários junto da banca nacional, operações financeiras que são remuneradas a uma taxa indexante Euribor (entre 1 a 3 meses), acrescida de *spreads* variáveis (entre 3% e 8%).

Estes empréstimos não têm garantia real associada aos ativos da Transtejo. A Empresa prestou garantias sob a forma de livranças em branco.

De acordo com os contratos assinados entre a Empresa e as instituições financeiras, o capital tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Adicionalmente a Transtejo possui um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000€, contratado junto do Depfa Bank a 26 de janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos que se vence em 1 de Fevereiro de 2017. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tem o aval do Estado Português.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os saldos por utilizar e crédito utilizado para cada conta de financiamento são como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
Entidade financiadora	Limite	Montante utilizado	Limite	Montante utilizado
Descobertos bancários				
Millenium BCP	-	-	11.000.000,00	10.967.466,00
BES	2.500.000,00	1.476.788,92	2.500.000,00	1.884.374,52
BPI	7.000.000,00	6.653.126,29	7.000.000,00	1.247.382,64
Barclays	6.000.000,00	5.996.563,61	6.000.000,00	5.997.793,18
	15.500.000,00	**14.126.478,82**	**26.500.000,00**	**20.097.016,34**
Contas correntes caucionadas				
CGD	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00
CGD	7.045.000,00	7.045.000,00	-	-
BPI	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
BPI	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
BES	10.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
BES	15.000.000,00	15.000.000,00	5.000.000,00	1.300.000,00
Finibanco	1.340.000,00	1.310.000,00	1.300.000,00	1.245.000,00
Santander	1.496.394,00	1.496.394,00	1.496.394,00	1.496.394,00
Millenium BCP	4.455.000,00	4.455.000,00	-	-
	57.836.394,00	**57.806.394,00**	**31.296.394,00**	**27.541.394,00**

A exposição dos empréstimos da Empresa às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como segue:

	2011	2010
Até 6 meses	126.932.872,82	102.638.410,34
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	126.932.872,82	**102.638.410,34**

O valor contabilístico dos empréstimos são como segue:

	Valor contabilístico	
	31.12.2011	**31.12.2010**
Empréstimos obrigacionistas	55.000.000,00	55.000.000,00
Contas correntes caucionadas	57.806.394,00	27.541.394,00
Descobertos bancários	14.126.478,82	20.097.016,34
	126.932.872,82	102.638.410,34

O valor apresentado na Demonstração da posição financeira no montante de 128.143.075,64€ inclui 1.210.202,84€ relativo a juros especializados (508.458,15€ em 31 de dezembro de 2010).

25 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Swap taxa de juro – não corrente	-	4.561.866,30	-	4.006.521,55
Swap taxa de juro – corrente	-	-	-	-
	-	4.561.866,30	-	4.006.521,55

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Transtejo tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

i) 2 contratos de cobertura de risco de taxa de juro com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de euros.

Até 31 de dezembro de 2009, a Transtejo tinha contratado 2 contratos "swap" de taxa de juro, ambos com o objetivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de Euros, tendo no decurso do exercício de 2010 contratado um "collar", o qual foi integrado na cobertura existente até então. É entendimento da Administração que todos os instrumentos financeiros derivados contratados desde 2009 são de cobertura, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de Fevereiro de 2007.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de dezembro de 2006 publicado no Diário da República – 2ª Série – Nº 22 de 31 de janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido documento.

Informação detalhada das características e valor do "*swap*" e do *"collar"* contratados:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 31.12.2011	Justo valor em 31.12.2010
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768%	(4.146.225,35)	(3.311.910,90)
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de fgosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2013. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros a 4,25%. Se EUR_6M superior a 3,75% ou inferior a 2,75% a taxa a pagar será 3,75% e 2,75%, respectivamente. Caso a EUR_6M se encontrar entre 2,75% e 3,75% a taxa a pagar será EUR_6M	(415.640,95)	(694.610,65)
		Saldo credor	(4.561.866,30)	(4.006.521,55)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor destes instrumentos foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2011.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura a Transtejo efectuou os testes de eficácia (prospectivos e retrospectivos) para os *swaps* e *colar* de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospectivos efectuados com referência a 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

26 Outras contas a pagar não correntes

O saldo registado como Outras contas a pagar não correntes, no valor de 12.002.601,63€, refere-se ao montante não corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta transferência do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, para o qual foram estabelecidas amortizações anuais de 1.000.000€ tendo a Transtejo a faculdade de reduzir para 500.000€ quando as condições económicas o justifiquem. No passivo corrente encontram-se registados 1.000.000€ referentes ao somatório das amortizações de 2012 e de 2011, a liquidar em 2012. Sobre o referido saldo em dívida, vencem-se juros que se encontram especializados na rubrica "Outros passivos correntes". No entanto, existem reservas por parte do acionista da Empresa quanto aos termos com que foi realizado o referido protocolo, pelo que no decurso do exercício de 2011 foram realizadas diversas diligências no sentido de corrigir os termos do protocolo, sendo que, até esta data, este trabalho encontra-se pendente de conclusão.

27 Outros passivos não correntes

O detalhe de Outros passivos não correntes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Subsídio ao investimento	20.533.287,52	22.334.596,45
Outros passivos não correntes	**20.533.287,52**	**22.334.596,45**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram entregues pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central)

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido no exercício de 2012 ascende a 1.843.715,06€ e encontra-se registado na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 30).

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2011 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

	Nota	2011	2010
Saldo inicial		**23.602.905,36**	**23.271.214,27**
Adições do período		617.812,28	1.600.000,00
Proveitos reconhecidos no período	37	(1.843.715,06)	(1.268.308,91)
Saldo final de subsídios a reconhecer		**22.377.002,58**	**23.602.905,36**

As adições do exercício correspondem a subsídios recebidos e a receber, de acordo com a seguinte composição:

	2011	2010
PIDDAC:		
Projecto "Novos Ferries"	50.000,00	1.100.000,00
Novo Terminal Cais do Sodré	500.000,00	500.000,00
Pontão Monte Estoril	67.812,28	-
	617.812,28	**1.600.000,00**

28 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Fornecedores" detalha-se como segue:

Descrição		2011	2010
Fornecedores - Grupo		-	-
Fornecedores - Terceiros	i)	2.165.537,43	2.517.659,41
Total saldo fornecedores - correntes		**2.165.537,43**	**2.517.659,41**

i) **Fornecedores – Terceiros:** os saldos mais significativos à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010 por entidade são como segue:

Descrição entidade	2011	2010
Petrogal	815.743,71	430.465,50
Securitas	155.807,64	144.106,61
Venamar	88.284,48	40.703,92
Nova Serviços	83.533,57	87.721,37
Gisparques	72.209,85	78.736,00
FBM	67.497,72	67.497,72
Arsenal do Alfeite	52.812,75	178.924,52
OTLIS	35.703,25	14.886,02
Administração Porto Lisboa	11.301,22	41.345,89
Cecílio e Carlos Sanfins	-	258.544,94
Navyard	-	118.910,52
Seth	-	99.700,00
Navaltagus	-	63.639,83
Manutur	-	61.878,86
Outras entidades	782.643,24	830.597,71
Total fornecedores terceiros	**2.165.537,43**	**2.517.659,41**

Os valores em aberto resultam, essencialmente, de aquisições de combustíveis e lubrificantes para a frota, serviços de limpeza e segurança privada das instalações e embarcações, conservação e reparação da frota em estaleiros, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

29 Outras contas a pagar corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" é como segue:

	Nota	2011			2010		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos	18						
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	i)	187.469,37	-	187.469,37	-	-	-
Imposto s/ rendimento - IRS	i)	61.440,60	-	61.440,60	70.046,46	-	70.046,46
Contribuições p/ segurança social	i)	156.033,22	-	156.033,22	164.682,70	-	164.682,70
Outros	i)	180,00	-	180,00	61,80	-	61,80
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	ii)	1.000.779,94	12.002.601,63	13.003.381,57	534.574,91	12.502.601,63	13.037.176,54
Outros credores							
Credores diversos	iii)	4.744.049,30	-	4.744.049,30	2.008.687,69	-	2.008.687,69
Outras contas a pagar		**6.149.952,43**	**12.002.601,63**	**18.152.554,06**	**2.778.053,56**	**12.502.601,63**	**15.280.655,19**

i) **Estado e outros entes públicos** – ver descritivo Nota 18, "Outras Contas a Receber";

ii) **Fornecedores de investimentos** – este saldo corresponde, essencialmente, ao valor corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, EPE, relacionado com a transferência referente do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima, 1.000.000€ (500.000€ em 31 de dezembro de 2010);

iii) **Outros credores** – dos saldos acima classificados como Outros credores, os mais significativos referem-se a valores em aberto para com colaboradores, com a natureza de abonos variáveis de dezembro a pagar em janeiro, no valor de 232.596,55€ (265.512,37€ em dezembro de 2010). Inclui igualmente valores mensais de receitas de passes combinados a atribuir à Carris, no valor de 1.184.235,15€ (573.387,58€ em dezembro de 2010) e ao Metropolitano, no valor de 1.622.550,66€ (1.033.565,50€ em dezembro de 2010). Inclui ainda o montante de 1.393.000,00€ em dívida à Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, SA referente à anulação de penalidade contratual aplicada em 2010 na sequência de decisão de 30 de dezembro de 2011 do Tribunal Arbitral. Este montante foi regularizado em 31 de janeiro de 2012 (Notas 18 e 36).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

30 Outros passivos correntes

O detalhe de "Outros passivos correntes" à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

		2011	2010
Prémios seguro a pagar	i)	35.525,43	31.045,94
Juros a pagar	ii)	1.001.645,82	1.086.354,31
Remunerações a pagar	iii)	468.387,75	807.390,04
Outros		75.261,85	96.989,39
Acréscimos de gastos		**1.580.820,85**	**2.021.779,68**
Subsídio ao investimento (Nota 27)		1.843.715,06	1.268.308,91
Antecipação de receita		192.121,52	187.155,27
Licença de ocupação		12.010,64	12.247,87
Outros		8.179,95	8.949,22
Proveitos diferidos		**2.056.027,17**	**1.476.661,27**
	Total	**3.636.848,02**	**3.498.440,95**

i) Prémios de seguro a pagar – respeita à especialização dos prémios de seguros de responsabilidade civil (definido em função do total de passageiros transportados nas carreiras de serviço público da Transtejo);

ii) Juros a pagar – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de instrumentos de gestão de risco de taxa de juro (meses de agosto a dezembro de 2010), cujo pagamento ocorrerá em 1 de fevereiro de 2012. Em 2011 faziam ainda parte desta especialização juros a pagar à Metropolitano de Lisboa, EPE (encargos financeiros decorrentes da transferência do Terminal do Cais do Sodré, do período de 1 de março de 2009 a 31 de dezembro de 2011);

iii) Remunerações a pagar – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros);

31 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2011	2010
Tráfego de passageiros			
Bilhetes	i)	2.116.506,08	2.040.314,66
Multimodais	ii)	2.685.476,11	2.669.673,20
Passes próprios	iii)	459.685,22	390.137,76
Combinados	iv)	1.201.782,00	1.065.021,92
Zapping	v)	575.486,94	477.917,79
Tráfego de veículos	vi)	82.546,52	82.964,17
Aluguer de embarcações	vii)	143.107,68	191.022,70
Serviço de turismo	viii)	337.890,69	344.345,26
Outros		11.563,02	(2.311,02)
Total prestações de serviços		**7.614.044,26**	**7.259.086,44**

O montante das prestações de serviços em 2011 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).

ii) **Multimodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.

iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.

iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre diversos operadores de transportes.

v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais recorrer à Transtejo, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.

vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* entre Cais do Sodré e Cacilhas.

vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

viii) **Serviço de turismo**: rendimentos das carreiras turísticas da Transtejo que operam entre 1 de abril e 31 de outubro.

32 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

Descrição	2011	2010
Indemnizações compensatórias	6.269.503,71	6.534.627,36
PAII	37.506,64	-
Sub_23 e 4_18	253.978,87	214.821,80
Compensação Passe Social +	22.561,79	-
Total subsídios à exploração	**6.583.551,01**	**6.749.449,16**

Estes valores correspondem a indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português, fixadas através das Resoluções de Conselho de Ministros números. 53/2011, de 16 de dezembro de 2011, e 96/2010, de 14 de dezembro de 2010.

33 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2011	2010
Combustíveis	4.431.079,56	2.773.201,90
Consumo de lubrificantes	194.263,74	190.801,00
Materiais de consumo	34.472,57	37.788,62
Economato	62.977,86	158.934,21
Consumo de sobressalentes	765.912,64	243.426,18
Consumo mat. Reparações	198.548,45	129.210,33
Total	**5.687.254,82**	**3.533.362,24**

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pela Empresa entre as margens norte e sul do rio Tejo. Dada a conjuntura internacional de instabilidade ao nível da consolidação de políticas energéticas, a variação de gastos registada deve-se ao aumento do valor dos combustíveis, bem como com o facto dos gastos com combustível consumido pelas embarcações fretadas à subsidiária Soflusa no exercício de 2011 passarem a ser registado nesta rubrica (Nota 34).

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2011 e 2010 foi determinado como segue:

	Nota	2011	2010
Existências iniciais		1.164.923,03	1.187.243,03
Compras de materiais diversos		6.082.062,30	3.519.932,71
Regularização de existências		7.681,50	(8.890,47)
Existências finais	14	(1.567.412,01)	(1.164.923,03)
Gastos do exercício	14	**5.687.254,82**	**3.533.362,24**

34 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

		2011	2010
Conservação e reparação	i)	2.058.055,23	2.488.205,23
Trabalhos especializados	ii)	923.237,23	1.238.287,35
Fretamento de navios	iii)	1.000.800,00	985.500,00
Seguros	iv)	746.609,29	703.677,88
Vigilância e Segurança	v)	600.508,41	580.566,75
Combustiveis	vi)	20.615,16	757.682,25
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	298.228,20	350.218,10
Rendas e alugueres	viii)	266.923,93	262.350,71
Outros		649.253,43	711.939,77
Fornecimentos e serviços externos		**6.564.230,88**	**8.078.428,04**

i) Conservação e reparação: constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota, no valor de 1.972.116,14€ (2.375.180,02€ em 2010). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) Trabalhos especializados: serviços de natureza diversa, dos quais se destacam os trabalhos de auditoria, certificações de classe de embarcações e a utilização de mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recursos humanos.

iii) Fretamento de navios: encargos suportados pela Transtejo com os contratos de fretamento de três embarcações à Soflusa ("Cesário Verde", "Fantasia" e "Pedro Nunes");

iv) Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante refere-se à cobertura de riscos relacionados com as 25 embarcações que compõem a frota da Transtejo;

v) Vigilância e segurança: encargos suportados pela Transtejo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações;

vi) Combustíveis: O valor desta rubrica refere-se exclusivamente a gasto com combustível da frota automóvel. Até 31 de dezembro de 2010 inclusivé esta rubrica incluía o valor do combustível consumido pelas embarcações fretadas à subsidiária Soflusa (Nota 33);

vii) Limpeza, higiene e conforto: gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;

viii) Rendas e alugueres: esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul e com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo.

35 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2011 e 2010, desdobram-se do seguinte modo:

	2011	2010
Remunerações		
Orgãos sociais	157.419,00	241.430,62
Pessoal	5.864.955,57	6.493.820,09
	6.022.374,57	**6.735.250,71**
Encargos sobre remunerações	1.446.515,38	1.581.480,80
Seguros acidentes de trabalho	166.730,68	174.721,11
Custos ação social	954,44	27.127,31
Outros gastos com pessoal	857.255,94	1.027.539,19
Sub-total	**2.471.456,44**	**2.810.868,41**
Gastos com o pessoal	**8.493.831,01**	**9.546.119,12**

O número médio de empregados da Transtejo em 2011 foi de 353 (364 em 2010)

36 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" em 2011 e 2010 é o seguinte:

Descrição	2011	2010
Penalidades contratuais	-	2.786.000,00
Aluguer de equipamento	408.943,79	469.384,63
Cedências	27.771,15	33.266,91
Cartões para passes e outros	307.987,19	320.717,90
Outros	76.372,34	67.854,51
	821.074,47	**3.677.223,95**

A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é composta, essencialmente, pelos rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas) e à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte.

No exercício de 2010 a rubrica "Penalidades contratuais" refere-se a penalizações debitadas à Navalria, armador responsável pela construção de duas novas embarcações, por atraso verificado na sua entrega. Após decisão de 30 de novembro de 2011 do Tribunal Arbitral sobre o processo que oponha a Empresa e a Navalria, foi deliberado que a parte do valor debitado em 2010 pela Empresa, deveria ser anulado no montante de 1.393.000 Euros, pelo que a Empresa reconheceu esse montante como gasto do exercício de 2011, na rubrica "Outros gastos e perdas", por contrapartida de uma conta a pagar em 31 de dezembro de 2011 (Nota 29)

37 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2011 e 2010 é o seguinte:

Descrição	Nota	2011	2010
Activos intangíveis	9	139.183,09	-
Activos fixos tangíveis	8	4.204.300,96	3.544.899,32
Subsídios reconhecidos no exercício	27	(1.843.715,06)	(1.268.308,91)
		2.499.768,99	**2.276.590,41**

38 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2011 e 2010 é como segue:

		2011	2010
Custos financeiros			
Juros suportados	i)	(6.214.563,25)	(3.741.983,38)
Outros custos e perdas financeiras		(639.866,24)	(411.667,32)
		(6.854.429,49)	**(4.153.650,70)**
Proveitos financeiros			
Juros obtidos	ii)	849.289,95	345.092,86
Descontos pronto pagamento obtidos		-	70,00
Rendimentos participação capital		50.410,75	55.737,97
		899.700,70	**400.900,83**

i) **Juros suportados** – inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários, (ii) ao empréstimo obrigacionista e (iii) a favor da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., contemplados no protocolo do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente;

ii) **Juros obtidos** – referem-se essencialmente a juros obtidos do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa.

39 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2011 e 2010, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 20.786.247,83€ e 12.509.259,55€, respetivamente.

40 Contingências

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a empresa havia solicitado a emissão de garantias, como segue:

Beneficiário	Natureza	Banco	2011	2010
APL - Administração do Porto de Lisboa	Doca Jardim do Tabaco	BPI	688,34	688,34
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Cartão Galp Frota	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Barreiro	BPI	4.643,00	4.643,00
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Sul e Sueste - Lisboa	BPI	2.173,00	2.173,00
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Montijo - Seixalinho	BPI	7.639,56	7.639,56
SLE - Electricidade do Sul, S.A.	Terminal Fluvial Seixal	BPI	5.450,86	5.450,86
GRENKE RENTING, S.A.	Toda a Empresa	BES	35.424,00	-
			58.512,75	**23.088,75**

41 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Transtejo.

41.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos fundamentais da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 159.363,19€ (244.020,59€ em 2010)

	2011	2010
Conselho de Administração	125.727,29	205.145,29
Assembleia Geral	-	1.797,36
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	33.635,09	37.077,94
	159.362,38	**244.020,59**

Os honorários do Revisor Oficial de Contas estão contabilizados em "Fornecimentos e Serviços Externos – Trabalhos Especializados" e ascenderam a 25.428€ em 2011 e 26.700€ em 2010.

A estrutura de fiscalização da sociedade foi alterada a partir de julho de 2008, por força da alínea a) do nº2 do art.º 413º do Código das Sociedades Comerciais, adotando a modalidade prevista na alínea b) do nº 1 do mesmo artigo.

Individualmente as remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros dos Órgãos de Direção
(Divulgação nos termos do nº 9 da RCM nº 155/2005 de 8 de setembro)

Membros dos Orgãos de Direcção		Remuneração Fixa	Outras Remunerações	Planos de Pensões/ Saúde
Engº João António da Silva Pintassilgo	i)	69.880,00	1.789,49	4.926,00
Dra. Maria Elisa Silva Saloio	ii)	4.158,27	319,55	-
Dr. Isidro Durão Heitor		56.132,86	1.908,17	-
Total		130.171,13	4.017,21	4.926,00
Total global	iii)			139.114,34

i) O vencimento do Eng.º Pintassilgo é pago diretamente pela Transtejo, de acordo com os valores que auferia na EDP, sendo que o valor do plano de pensões apresentado é auferido de acordo com a sua relação de trabalho com a EDP, debitado posteriormente à Transtejo (uma vez que esta não possui Plano de Pensões interno de qualquer espécie);

ii) O valor indicado para a vogal da Dra. Maria Elisa Saloio corresponde ao vencimento de um mês, dado a mesma ter apresentado renúncia ao cargo em 1 de fevereiro de 2011;

iii) A diferença de 13.387,05€ para com o valor indicado na linha "Conselho de Administração" do quadro acima respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias.

41.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista:
Direção Geral do Tesouro e Finanças

Subsidiária:
Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

***Empreendimentos Conjuntos*:**
Otlis, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionista e as suas partes relacionadas:

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a Transtejo efetuou as seguintes transações com a sua Acionista e as suas partes relacionadas (SEE), apresentando os seguintes saldos à data do relato financeiro:

	2011				2010			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Direcção Geral do Tesouro	262.916,00	6.979.088,81	13.624,66	-	111.528,00	6.749.449,16	199.867,74	-
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	151.491,96	121.447,29	-	11.301,22	-	121.156,59	-	41.345,89
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	335.330,05	910.724,81	81.399,33	1.188.479,48	52.070,43	804.395,16	47.390,33	579.075,72
CP - Comboios de Portugal EPE	293.279,33	341.260,47	23.911,99	33.919,26	10.526,65	406.425,91	53.955,37	15.981,50
Metropolitano de Lisboa, EPE	61.157,73	669.642,46	1.016.760,56	14.668.715,73	74.496,91	191.614,18	1.034.706,16	14.078.176,60
	1.104.175,07	9.022.163,84	1.135.696,54	15.902.415,69	**248.621,99**	**8.273.041,00**	**1.335.919,60**	**14.714.579,71**

ii) Subsidiária:

Durante o exercício, a Transtejo efetuou as seguintes transações com a sua subsidiária Soflusa:

	2011				2010			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Soflusa - Sociedade fluvial de transportes, SA	1.000.800,00	897.205,25	17.317.988,27	-	985.500,00	358.251,24	11.977.756,80	-
	1.000.800,00	**897.205,25**	**17.317.988,27**	-	**985.500,00**	**358.251,24**	**11.977.756,80**	-

As transações a débito realizadas nos exercícios de 2011 e 2010 referem-se aos custos associados aos contratos de fretamento previstos nos contratos de "Fretamento em casco nu", celebrados a 23 de fevereiro de 2005, para as embarcações "Cesário Verde", "Pedro Nunes" e "Fantasia".

As transações a crédito referem-se a:

a) juros obtidos respeitantes à remuneração do empréstimo de tesouraria corrente concedido à Soflusa, o qual ascendia a 17.317.988,27€ em 31 de dezembro de 2011 (11.977.756,80€ em 31 de dezembro de 2010).
b) rendas debitadas pela utilização e ocupação das instalações administrativas no edifício sede da Empresa (Terminal Fluvial do Cais do Sodré).

iii) Empreendimentos conjuntos:

Durante o exercício, a Transtejo efetuou as seguintes transações e apresenta os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com os seus empreendimentos conjuntos:

	2011				2010			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
OTLIS, ACE	71.011,38	45.097,31	49.814,58	35.703,25	-	55.737,97	23.900,51	14.886,02
	71.011,38	**45.097,31**	**49.814,58**	**35.703,25**	**-**	**55.737,97**	**23.900,51**	**14.886,02**

42 Eventos subsequentes

Encontra-se em apreciação pela Tutela a proposta de fusão por incorporação da Soflusa na sua Acionista Única, Transtejo.

À data de aprovação das contas do exercício de 2011 (11 de Junho de 2012) ainda não havia sido proferida qualquer decisão que determine a futura forma e natureza jurídica da sociedade.

João António da Silva Pintassilgo
Presidente do Conselho de Administração

Isidro Durão Heitor
Vogal

Pedro Costa dos Santos Rolo
Técnico Oficial de Contas